

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 006/2025 - CR

Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021 – Alterada e Consolidada

PREÂMBULO

Objeto:	CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772, tudo conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência.
Nº do Processo:	2007.001/2025- CR.
Órgãos Interessados:	Secretaria Municipal de Saúde - SESA.
Espécie:	CHAMADA PÚBLICA – CREDENCIAMENTO.
Período:	23 de julho de 2025 a 23 de julho de 2026.

O Município de Frecheirinha – CE, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os interessados que até a data e horários indicados acima, a Comissão de Contratação, situada na Avenida Joaquim Pereira, 855, Centro, Frecheirinha-CE, estará realizando o recebimento dos documentos concernentes ao processo de **CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025- CR**, identificado no preâmbulo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo Art. 79, Inciso I da Lei 14.133 c/c Decreto municipal nº 002/2024, bem como as regras prevista no Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, no que couber. Compõem-se o presente edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para Credenciamento.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para credenciamento e formalização do contrato.

PARTE B – ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência do Objeto;

Anexo II – Modelo de Solicitação de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Declarações/Procuração;
Anexo IV – Minuta do Termo de Credenciamento;
Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772, conforme especificações e condições constantes dos Anexos do Edital.

1.1.1. As condições específicas para a prestação dos serviços estão previstas no termo de referência, anexo a este edital (Anexo I).

1.1.2. Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

1.1.3. Os interessados deverão requerer o credenciamento na formado item 2 deste edital.

1.1.4. Por se tratar de mero CREDENCIAMENTO, INEXISTE obrigatoriedade na contratação pelo Secretarias/Órgãos participantes desta licitação, tudo conforme legislação vigente, cujos contratos de programa a serem firmados, dependem do interesse público, conveniência administrativa.

1.1.5. Por se tratar de um Credenciamento, as Secretarias/Órgãos participantes, poderão contratar os serviços quando da necessidade, não tendo ainda obrigação de efetuarem quaisquer contratações, quando tudo será pautado no interesse público e conveniência administrativa.

2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

2.1. A Documentação de credenciamento será realizado na forma **ELETRÔNICA**, via sistema na Plataforma LICITANET: www.licitanet.com.br, 8h às 23:59 horas, no período previsto em edital.

2.2. Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, durante o prazo da Chamada Pública, desde que cumpridos todos os requisitos deste Edital de Credenciamento.

2.3. Para todos os fins, este Edital terá validade da data de sua publicação por 12 (doze) meses, podendo ser credenciados novas empresas, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Quaisquer interessados na forma de JURÍDICA que:

3.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital;

3.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto do procedimento, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa.

3.1.3. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em anexo aos documentos de habilitação e cadastro no sistema;

3.1.4. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar por declaração vinculado ao documento de habilitação o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

3.1.5. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 em razão da presente contratação.

3.1.6. A participação no procedimento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

3.2. É vedado a prestação dos serviços em dependências ou setores próprios do Município, exceto quando houver impossibilidade de deslocamento dos equipamentos até a sede da empresa credenciada.

3.3. O Município contratante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

3.4. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços;

3.5. Todos os materiais necessários para a execução do objeto do presente processo de credenciamento serão fornecidos pela empresa, exceto as peças necessárias para a substituição nos veículos leves ou pesados.

3.6. Não poderão participar do processo de credenciamento os proponentes que:

3.6.1. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**;

3.6.2. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

3.6.3. tenham sido descredenciadas pela Prefeitura Municipal de Frecheirinha, anteriormente por descumprimento de cláusulas contratuais ou irregularidade na execução dos serviços prestados.

3.6.4. mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5. nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Sejam servidores públicos de qualquer esfera;

3.7. A apresentação do pedido de credenciamento implica na manifestação de interesse em participar do processo de credenciamento junto à Prefeitura Municipal de Frecheirinha, no período de entrega da documentação, conforme disposto no item 2, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital, seus anexos, bem como aos atos normativos pertinentes expedidos pela Administração Municipal.

3.7.1. As solicitações de credenciamento acompanhadas dos documentos tratados neste Edital serão entregues à Comissão de Contratação, a qual procederá à análise e julgamento dos documentos apresentados, submetendo-os posteriormente, à ratificação pela autoridade competente.

3.8. Para credenciar-se o proponente deverá habilitar-se através da apresentação de **Solicitação de Credenciamento para a categoria de serviço pretendida**, que deverá ser apresentada conforme o modelo disposto no Anexo II “A”, devidamente datada e assinada, rasuras, entrelinhas ou ambiguidade com a documentação solicitada neste Edital, acompanhada dos seguintes documentos:

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO:

4.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à no procedimento **mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo I) do edital.**

4.2. Os documentos serão analisados pela Comissão de Contratação, conforme o caso, quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

4.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, inclusive, em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei n° 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

4.4. Comissão de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

4.5. A critério(a) da Comissão de Contratação, caso haja disponibilidade “on-line” e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos LICITANETs, fazendo constar, via e-mail, na ata dos trabalhos tais diligências.

4.6. Será desclassificado/inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

5. DO JULGAMENTO, CREDENCIAMENTO, AUTORIZAÇÃO, CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

5.1. Após o recebimento, análise e julgamento da documentação apresentada, o procedimento será instruído pela Comissão designada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do protocolo, devendo ser emitido parecer quanto ao atendimento dos requisitos previstos neste Edital.

5.1.2. Constatado o cumprimento integral das exigências, a proposta de credenciamento será submetida à **autorização da Secretária Municipal de Saúde**, na qualidade de ordenador(a) de despesas, para fins de formalização do credenciamento.

5.1.3. Todos os interessados que atenderem aos critérios estabelecidos no edital terão suas

propostas acatadas e autorizadas para formalização do **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, o qual deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação oficial, sob pena de decadência do direito à formalização.

5.1.4. Os profissionais ou empresas credenciados passarão a compor um banco de prestadores habilitados, podendo ser convocados conforme conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal.

5.1.5. A assinatura do **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, por si só, não assegura o direito à contratação imediata, constituindo apenas mera expectativa de direito. A efetiva contratação dependerá da demanda da Administração e da disponibilidade orçamentária.

5.1.6. Quando houver necessidade de execução dos serviços, a Administração convocará os credenciados conforme os critérios definidos neste Edital, sendo formalizado o respectivo **TERMO DE CONTRATO** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da convocação, sob pena de decadência.

5.1.7. A Administração poderá contratar apenas os prestadores necessários ao suprimento da demanda efetiva, observando a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, ficando facultada a convocação progressiva dos credenciados para assinatura do contrato, conforme conveniência.

5.1.8. A distribuição dos serviços entre os prestadores credenciados será realizada mediante solicitação formal do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, na qualidade de Ordenador(a) de Despesas, observando-se, de forma objetiva e transparente, os critérios de preferência definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), conforme segue:

I – Critérios de Preferência para a Formalização dos Contratos
A formalização dos contratos com os prestadores de serviços de saúde credenciados observará a seguinte ordem de prioridade:
Empresas sediadas no Município de Frecheirinha/CE , conforme registro regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
Empresas sediadas na Região Metropolitana de Sobral/CE , desde que comprovem capacidade logística de atendimento presencial em Frecheirinha/CE;
Ordem de credenciamento: havendo mais de uma empresa apta nos critérios anteriores, será adotada a ordem cronológica de recebimento da documentação completa de credenciamento;
Número de serviços habilitados: dentre as empresas habilitadas, será priorizada aquela que apresentar o maior número de especialidades e atendimentos ofertados.
II – Critérios de Preferência para a Distribuição dos Atendimentos
Para garantir a equidade, eficiência e a continuidade dos serviços de saúde, a distribuição dos atendimentos entre os prestadores credenciados será realizada com base nos seguintes critérios, de forma cumulativa e balanceada:
Capacidade de atendimento ofertada pela credenciada, conforme proposta apresentada no

credenciamento;
Desempenho técnico e regularidade contratual , verificado por meio dos indicadores de acompanhamento da execução (pontualidade, qualidade, ausência de reclamações e cumprimento das metas);
Proximidade geográfica , visando otimizar o acesso da população aos serviços, sempre que possível priorizando unidades localizadas em Frecheirinha;
Critério de rodízio proporcional , para assegurar ampla utilização dos credenciados e mitigar a concentração dos serviços em um único prestador, observada a compatibilidade técnica e contratual.

5.1.9. Considerando a **inviabilidade jurídica de competição** entre os credenciados (art. 79 da Lei nº 14.133/2021), em caso de distribuição desigual da demanda mensal, adotar-se-á critério de compensação nos meses subsequentes, conforme disposições prevista no Termo de Referência, desde que haja profissionais habilitados e respeitados os limites operacionais previamente informados pelos credenciados.

5.1.10. Nos casos em que haja número maior de credenciados do que demanda disponível, a seleção será feita conforme a disposições elencadas no TR..

5.1.11. Caso a solicitação ao CREDENCIADO ocupante do primeiro lugar da lista de CREDENCIADOS seja feita em prazo inferior ao estabelecido no item anterior e este CREDENCIADO não tenha disponibilidade para a prestação dos serviços solicitados, este dará a vez ao próximo da lista de CREDENCIADOS, conforme ordem de classificação, mas manterá sua colocação na lista de CREDENCIADOS e será o próximo a ser selecionado na referida lista, ou seja, trocará de lugar na lista de CREDENCIADOS com o segundo posicionado ou com os demais, sucessivamente.

5.1.12. A qualquer tempo o Termo de Credenciamento/Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município.

5.2. Surgida a necessidade administrativa, de acordo com a natureza do serviço e segundo critérios de conveniência e oportunidade, a Secretaria Municipal requisitante editará ato administrativo próprio definindo **o serviço a ser executado**, com as especificações dos serviços a serem realizados pelos credenciados nos preços fixados no Termo de Referência.

5.2.1. O credenciado devidamente convocado deverá assinar o respectivo **TERMO DE CONTRATO**, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias a contar da convocação, sob pena de decadência do direito de contratação.

5.2.2. A convocação para assinatura de contrato será realizada através de e-mail.

5.2.2.1. É de inteira responsabilidade do credenciado acompanhar as **publicações** para assinatura de contrato, as quais se poderão se dar de forma **não nominal**, informando apenas o grupo de credenciados convocados naquele ato para celebração do contrato.

5.2.3. Os credenciados não serão obrigados a firmar as contratações pretendidas pela administração, sendo-lhes facultada a renúncia do direito de contratar com a administração para

cada serviço específico, o que deslocará o credenciado para o final da fila de credenciados para fins de futura contratação.

5.2.4. A cada novo serviço ou ação a ser realizada pela administração será feita uma convocação específica dos credenciados para fins de assinatura de contrato na formadeste edital.

5.3. Sempre que houver novos credenciamentos a lista de credenciados será atualizada, considerando a categoria do serviço e a ordem cronológica das solicitações de credenciamento.

5.4. Novos interessados poderão solicitar credenciamento nos termos deste edital, desde que preencham aos requisitos exigidos neste instrumento e esteja vigente o prazo para solicitação de credenciamento.

5.4.1. Os novos credenciados serão acrescidos às listas existentes, de acordo com a categoria do serviço e a respectiva ordem cronológica de solicitação de credenciamento dos proponentes, obedecendo-se a rotatividade necessária para a prestação dos serviços.

5.5. Quando a necessidade administrativa não puder ser suprida mesmo após a convocação de todos os credenciados para firmar as contratações de uma determinada ação, a Administração poderá:

- a) proceder ao acréscimo de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato;
- b) proceder novas e sucessivas convocações até o suprimento da necessidade da administração, observada em cada convocação o limite disposto no referido dispositivo.

5.6. É facultada à Administração Municipal proceder à contratação somente dos prestadores necessários ao suprimento de sua demanda e de acordo com saldo orçamentário disponível, convocando os interessados devidamente Credenciados, seguindo a ordem de critérios de prioridade, para assinatura do competente **TERMO DE CONTRATO**.

5.7. Serão obrigações do **CREDENCIADO**:

- a) prestar os serviços mediante expedição da Ordem de Serviços pela autoridade competente, e de conformidade com as exigências do Termo de Referência e demais disposições constantes deste edital e seus anexos;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação.

5.7.1. Serão obrigações do **CREDENCIADO**:

- a) manter a disponibilidade de execução dos serviços durante todo o prazo de credenciamento;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação;
- d) cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações

constantes dos atos administrativos e das ordens de serviço enviadas e os procedimentos acordados entre as partes;

e) comunicar ao fiscal ou ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como mudança de endereço;

f) executar o objeto de acordo com as normas e condições previstas no edital, inclusive com as prescrições da Lei Nacional nº 14.144/21, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

g) aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;

i) adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que esteja sendo executado em desconformidade com o disposto no Edital ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridos;

j) não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo ou em parte, sob qualquer hipótese.

6. DO DESCREDENCIAMENTO E RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a Administração poderão denunciar o termo de credenciamento celebrado, na forma do art. 79, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O credenciado que desejar solicitar o credenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a extinção do contrato, com as consequências previstas em lei e neste Edital, observados os ditames previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

7.1. O termo de credenciamento originário do presente procedimento terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

7.1.1. O termo de credenciamento poderá ser prorrogado unilateralmente pela administração, sendo facultado ao credenciado o direito de, a qualquer momento, solicitar seu credenciamento, dado o caráter precário do presente credenciamento.

7.2. Os contratos decorrentes deste credenciamento poderão ter o prazo inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, a critério das partes, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O contratado prestará os serviços no âmbito de seu ramo de atividade, de acordo com a solicitação de credenciamento e de conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital;

8.2. O credenciado fica sujeito à fiscalização da equipe técnica da Contratante, a qualquer tempo.

8.3. Os serviços a serem prestados serão aqueles insertos no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital e que tenham sido solicitados pela contratante.

8.4. Para cada serviço a ser executado a administração expedirá o competente ato administrativo e a respectiva **ORDEM DE SERVIÇOS**.

8.5. Os serviços deverão ter sua execução iniciada pelo contratado no máximo em 24 (vinte e quatro) horas da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS** emitida pela administração, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos, no contrato e disposições constantes de sua proposta.

8.6. Os serviços, quando contratados, deverão ser executados no prazo disposto na respectiva ordem de serviço.

8.7. A Administração reserva-se o direito de pedir a substituição de algum funcionário que não atenda aos serviços solicitados pela Administração.

8.8. A Administração reserva-se o direito de acompanhar os serviços solicitados, através de pessoa a ser designada pela Administração Municipal.

8.9. Todos os materiais e ferramentas necessários para a execução do objeto do presente contrato serão fornecidos pela contratada.

8.10. A locomoção dos profissionais até o local de trabalho bem como o seu retorno, será de responsabilidade do credenciado, vedado o cômputo deste horário para fins de cobrança de hora trabalhada.

8.11. Todos os serviços solicitados deverão ser atendidos, independentemente do local onde os veículos estiverem bem como guincho para deslocamento quando for o caso, sem ônus extra para a Prefeitura.

8.12. Os materiais necessários para a realização dos serviços, deverão ser solicitados formalmente, sendo estes de responsabilidade do Município, porém não computando o tempo que for necessário para a aquisição dos mesmos, caso seja previsto no termo de referência na cessão dos materiais.

8.13. Os serviços objeto deste Edital, estão previsto nos TR.

8.14. As despesas de locomoção, fretes, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços necessários à execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

8.15. O credenciado deverá observar as normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, bem como obedecer aos princípios básicos de organização e material de qualidade mínima para aceitação, além da legislação trabalhista e ambiental.

8.16. O credenciado é obrigado a substituir os equipamentos e material de consumo ou refazer, de imediato e às suas expensas, os serviços prestados em que se verificarem irregularidades.

8.17. O credenciado deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

8.18. O credenciado deverá responsabilizar-se por quaisquer danos que seus empregados causarem à contratante.

8.19. O credenciado deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados.

8.20. O credenciado deverá manter devidamente limpos os logradouros onde se realizarem os

serviços.

8.21. O credenciado deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela contratante, sem qualquer ônus adicional para o Município utilitário.

8.22. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo do contratado em assinar a ORDEM DE SERVIÇO ou a não prestação do mesmo, no prazo e condições estabelecidos, sujeitará o contratado à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.23. O objeto deverá ser executado, conforme determinado no presente edital, nos horários, prazos e condições estipulados previamente pela Contratante, durante o período contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no ato administrativo instituidor da ação, neste credenciamento e no contrato, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos serviços, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

8.24. No caso de constatação da inadequação da execução do objeto a ser prestado às normas e exigências especificadas neste Edital, no Termo de Referência, no contrato e na ordem de serviço a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

9. DA COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A documentação probatória da execução dos serviços será recebida por servidor do órgão responsável devidamente designado, que procederá à análise e conferência de acordo com as condições estabelecidas no contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento.

9.2. A contestação parcial da prestação dos serviços, devidamente ressalvada em forma de glosa, não impede o recebimento e o pagamento dos demais serviços, sem prejuízo de a credenciada, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação, recorrer da decisão.

9.3. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da credenciada.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O Município pagará ao credenciado na proporção dos serviços efetivamente executados, observados os valores fixados no Anexo I – Termo de Referência;

10.2. Os preços, bem como os procedimentos e orientações técnicas relativas ao faturamento e pagamento das despesas, serão objeto de análise pela contratante, levando-se em consideração os valores estabelecidos para cada categoria de serviço;

10.3. O pagamento será efetuado de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, e será efetuado em até 30 (trinta) dias após seu recebimento, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. Conforme o Termo de referência e Munuta Contratual.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

12.1. Os serviços contratados serão prestados de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Frecheirinha.

12.2. O valor global estimado do presente credenciamento é de R\$ 3.435.000,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

12.3. Caso o valor das contratações não atinja o montante estimado neste item, e uma vez identificada a necessidade dos serviços a Administração poderá efetuar nova contratação com proponentes já credenciados/contratados.

12.4. As despesas ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal, inerente a unidade gestora contratante.

12.5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
1102.10.301.0181.2.093 - Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Primária a Saúde;
1102.10.301.0182.2.095 - Núcleo de Apoio Saúde da Família- Nasf;
1102.10.302.0181.2.099 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar- Mac.
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00- Outros serviços de terceiros pessoa Jurídica.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

13.1. Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados;

13.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.3. A impugnação feita tempestivamente pelo interessado não o impedirá de participando processo até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

13.4.1. Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados por e-mail licitacao@frecheirinha.ce.gov.br ou anexados na plataforma eletrônica;

13.4.2. O endereçamento à Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha;

13.4.3. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada.

13.4.4. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

13.4.5. O pedido, com suas especificações;

13.5. A resposta do Município de Frecheirinha – CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração na plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login> e no site oficial do município <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/> e constituirá aditamento a estas Instruções, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e constituirá aditamento a estas Instruções.

13.6. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

13.7. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital a administração providenciará a divulgação do respectivo aviso e do aditamento pela mesma forma que se deu ao texto original.

13.8. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento a Comissão ou a autoridade superior poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

13.8.1. Os interessados notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão ou pela autoridade superior, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.9. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de Frecheirinha-CE poderá revogar o credenciamento por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular este credenciamento, em qualquer etapa do processo.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento da proposta de preço, da habilitação ou inabilitação de LICITANETs, da anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 e da Regulamentação Municipal.

14.2. O recurso apresentado poderá impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do(s) proponente(s).

14.2.1. O recorrente terá o prazo 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, iniciando-se o prazo a partir da data de intimação da decisão que julgar a fase de habilitação.

14.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema e diário oficial da apresentação das razões pelo recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login> e no site oficial do município <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/>.

14.10. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não manifestada a intenção de interpor o recurso pela LICITANET no momento oportuno.

14.11. Os memoriais (razões de recurso) e contrarrazões deverão ser apresentados via sistema na plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login> e no site oficial do município <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/> até às **23:59h** do dia final do prazo de apresentação.

14.12. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

14.13. As decisões sobre os recursos interpostos serão feitas aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura Municipal de Frecheirinha, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no sistema na plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login> e no site oficial do município <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/>.

15. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

15.1.2. Após o interregno de um ano, a contar da data do contrato, os preços contratados serão reajustados, independentemente de solicitação do contratado, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.1.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês a contar da data do contrato, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula abaixo) permanecerá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

15.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.1.5. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.1.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.1.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor e, na ausência de previsão legal quanto ao índice a ser adotado em substituição ao índice extinto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.1.9. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right] \quad , \text{ onde:}$$

AV. JOAQUIM PEREIRA, Nº 855, CENTRO, CEP:62340-000
TEL: (88) 3212-0460, E-MAIL: prefeitura@frecheirinha.ce.gov.br
CNPJ: 07.598.592/0001-34

R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;
 I_0 = Índice inicial – correspondente ao mês do
orçamento; I = Índice final – correspondente ao mês de
aniversário anual do contrato.

15.1.10. Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

15.1.11. A Administração deverá se manifestar sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido.

15.1.12. O reequilíbrio econômico-financeiro será realizado por Termo Aditivo.

16. FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os credenciados deverão observar os mais altos padrões éticos durante o curso deste processo e na execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

16.2. Compete ao credenciado declarar eventual incompatibilidade ou impedimento seu quanto à contratação junto ao Município, sobretudo no que tange à incompatibilidade de cargos ou funções públicas disposta constitucionalmente.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

17.3. A Contratante será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos termos de credenciamento celebrados, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

17.4. Os termos de credenciamento e os termos de contrato serão publicados no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Frecheirinha na forma de extrato.

17.5. A Administração poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto deste Credenciamento.

17.6. Aplicam-se ao presente credenciamento as disposições da Lei 14.133/2021, no que couber, e demais normas legais pertinentes.

17.7. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 07:30h às 17:30h, diretamente na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha, localizado na Avenida Joaquim Pereira, 855, Centro, Frecheirinha-CE.

17.8. O Termo de Referência poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura de Frecheirinha.

17.9. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas no Anexo – Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos interessados quando da elaboração de suas propostas.

17.9.1. O referido edital e seus anexos também estão disponíveis no(s) seguinte(s) sítio(s) virtual (is): <https://municipios.tce.ce.gov.br/> nos termos da IN 04/2015-TCM/CE e na página da Prefeitura Municipal de Frecheirinha-CE <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/>.

17.10. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às interessadas qualquer tipo de indenização, fica assegurado a autoridade competente alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, do presente credenciamento, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.

17.11. Os avisos do presente credenciamento, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação na plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login> e no site oficial do município <https://www.frecheirinha.ce.gov.br/>

17.12. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Frecheirinha – CE.

Frecheirinha/CE, 21 de julho de 2025.

FRANCISCA PARENTE AGUIAR

Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2025 - CR

Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021 – Alterada e Consolidada

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

1.1. UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. DE PROFISSIONAIS	QUANT. DE MÊS	VL. UNIT MESNSAL POR PROFISSIONAL
01	FONOAUDIOLOGO.	UND	03	12	R\$ 6.500,00
02	TERAPEUTA OCUPACIONAL.	UND	02	12	R\$ 8.000,00
03	ASSISTENTE SOCIAL.	UND	01	12	R\$ 5.500,00
04	NUTRICIONISTA.	UND	01	12	R\$ 6.500,00
05	PSICÓLOGO.	UND	02	12	R\$ 6.500,00
ESPECIALIDADES MÉDICAS – AMBULATÓRIO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT.
06	Contratação de Consultas Médicas ORTOPEDISTA.	CONSU LTA	50	600	R\$ 250,00
07	Contratação de Consultas Médicas NEUROLOGISTA.	CONSU LTA	20	240	R\$ 500,00
08	Contratação de Consultas Médicas GINECOLOGISTA.	CONSU LTA	200	2.400	R\$ 200,00
09	Contratação de Consultas Médicas PEDIATRIA.	CONSU LTA	50	600	R\$ 400,00
10	Contratação de Consultas Médicas UROLOGISTA.	CONSU LTA	30	360	R\$ 350,00
11	Contratação de Consultas Médicas NEUROPEDIATRIA.	CONSU LTA	50	600	R\$ 450,00
12	Contratação de Consultas Médicas de DERMATOLOGISTA.	CONSU LTA	40	480	R\$ 400,00
13	Contratação de Consultas Médicas CARDIOLOGISTA.	CONSU LTA	30	360	R\$ 400,00
14	Contratação de Consultas Médicas OTORRINOLARINGOLOGISTA.	CONSU LTA	30	360	R\$400,00
15	Contratação de Consultas Médicas	CONSU	15	180	R\$450,00

	CIRURGIÃO VASCULAR.	LTA			
16	Contratação de Consultas Médicas REUMATOLOGISTA.	CONSU LTA	15	180	R\$400,00
17	Contratação de Consultas Médicas PSIQUIATRICAS.	CONSU LTA	180	2.160	R\$ 225,00
ESPECIALIDADE MÉDICA – GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA – ACOMPANHAMENTO MÉDICO ATRAVÉS DE APLICATIVO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT.
18	Acompanhamento médico (GINECOLOGISTA/OBSTETRA) via aplicativo.	Usuário cadastrado no aplicativo	100	1.200	R\$ 80.00
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT. MÊS
19	COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE ESPECIALIDADES.	MENSAL	01	12	R\$ 9.000,00

1.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.3.1. A contratação ora proposta visa atender à necessidade de complementação da rede assistencial de saúde do Município de Frecheirinha/CE, diante da insuficiência da estrutura própria e da crescente demanda por serviços especializados e multiprofissionais no âmbito do SUS. A inexistência de equipe técnica completa e disponível na rede pública municipal, aliada à necessidade de garantir acesso ágil e eficiente à população, justifica a contratação de empresas especializadas para prestação dos serviços.

1.3.2. Trata-se de serviços essenciais e de natureza continuada, que impactam diretamente na qualidade do atendimento à saúde da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, como gestantes, idosos e pessoas com doenças crônicas. A execução dos serviços permitirá ampliar o acesso às especialidades médicas, exames laboratoriais e atendimentos multiprofissionais, reduzindo filas, tempos de espera e deslocamentos dos usuários para outros municípios.

1.3.3. Além disso, o acompanhamento pré-natal via aplicativo digital representa uma medida inovadora e estratégica para a redução da mortalidade materno-infantil, promovendo o monitoramento contínuo, a educação em saúde e a comunicação entre gestantes e profissionais.

1.3.4. A contratação por credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde – pessoas jurídicas legalmente habilitadas – mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa, assegurando ampla concorrência, economicidade, flexibilidade de atendimento e segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 665/2025.

1.4. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto o credenciamento de empresas prestadoras de serviços especializados na área da saúde, visando atender de forma complementar às necessidades da rede pública de assistência do Município de Frecheirinha/CE, especialmente no âmbito do Centro de Especialidades – CNES nº 5502772,

conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência. O credenciamento abrangerá os seguintes serviços:

Consultas Médicas Especializadas:

Realização de consultas presenciais com médicos especialistas nas áreas de ginecologia, obstetrícia, pediatria, psiquiatria, cardiologia, ortopedia, dermatologia, oftalmologia, entre outras especialidades clínicas e cirúrgicas, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. As consultas deverão seguir protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS.

Exames de Diagnóstico:

Execução de exames laboratoriais e de imagem (como ultrassonografias, eletrocardiogramas, endoscopias, entre outros), de baixa e média complexidade, conforme solicitação médica oriunda da rede pública de saúde municipal.

Atendimentos Multiprofissionais:

Fonoaudiólogos

Terapeutas ocupacionais

Psicólogos

Nutricionistas

Assistentes sociais

Esses atendimentos deverão ocorrer de forma integrada às equipes de saúde da atenção primária e/ou especializada, promovendo o cuidado multiprofissional aos usuários do SUS.

Acompanhamento Pré-Natal via Aplicativo:

Disponibilização de solução tecnológica (aplicativo) com funcionalidades de suporte ao pré-natal, possibilitando:

Registro e acompanhamento da gestação pelas gestantes e pela equipe de saúde;

Envio de notificações de lembrete de consultas e exames;

Educação em saúde com orientações sobre o período gestacional;

Integração com o sistema da Secretaria Municipal de Saúde para fins de monitoramento e avaliação.

Coordenação de Especialidades:

Prestação de serviço de apoio técnico e logístico para organização da agenda de especialidades médicas, controle de encaminhamentos, gerenciamento de fila de espera e fluxo de referência e contra-referência, em consonância com os princípios da integralidade e da regionalização do SUS.

Condições Gerais da Prestação dos Serviços:

Todos os profissionais vinculados às empresas credenciadas deverão possuir registro ativo nos respectivos conselhos de classe;

A prestação dos serviços deverá observar as normas da Vigilância Sanitária, diretrizes do SUS, da ANVISA e demais regulamentos aplicáveis;

A contratada deverá manter prontuários e registros organizados e acessíveis à fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde;

É obrigatória a substituição do profissional em caso de ausência, férias, impedimentos ou desligamentos; Os serviços deverão ser realizados nas instalações próprias da empresa ou nas unidades de saúde indicadas pela Administração, conforme o caso.

CONCLUSÃO: Todos os serviços objeto do credenciamento serão remunerados por produção efetivamente realizada, conforme tabela de preços fixados em legislação municipal vigente (Lei nº 665/2025), e estarão sujeitos à conferência, fiscalização e avaliação por parte da Administração Pública.

1.5. DA DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO, POR PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES

1. Médico Especialista (diversas especialidades) – Regime por consulta

Os médicos especialistas deverão realizar atendimentos clínicos especializados, conforme especialidade credenciada, em dias e horários previamente acordados com a Secretaria de Saúde. O atendimento incluirá: anamnese, diagnóstico, prescrição de tratamento e/ou exames, retorno quando necessário, e inserção das informações no sistema eletrônico municipal. A remuneração será feita por consulta efetivamente realizada.

Fonoaudiólogo – Carga horária: 40 horas semanais

Responsável pelo atendimento de pacientes com distúrbios da comunicação oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais. Atuará em reabilitação e prevenção de alterações da fala e linguagem, elaboração de relatórios e acompanhamento contínuo de pacientes. Deverá também participar de atividades interdisciplinares e registrar os atendimentos no sistema de informação em saúde.

ATRIBUIÇÃO: Desenvolver ações de promoção, prevenção, avaliação, diagnóstico e reabilitação fonoaudiológica individual e coletiva, abrangendo aspectos da comunicação oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais como deglutição e mastigação. Atuar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), prioritariamente por meio de apoio matricial às equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou equipes Multiprofissionais (eMulti), realizando discussões de casos, atendimento compartilhado, construção conjunta de projetos terapêuticos e capacitação das equipes. Realizar visitas domiciliares e desenvolver ações na comunidade, escolas e outros espaços sociais. Participar do planejamento e execução de ações intersetoriais. Contribuir para a ampliação e qualificação do cuidado em saúde auditiva, da comunicação e da linguagem no território

3. Terapeuta Ocupacional – Carga horária: 40 horas semanais

Executará ações voltadas à promoção da autonomia e da funcionalidade dos pacientes em atividades cotidianas, atuando especialmente com indivíduos com limitações físicas, mentais ou sociais. Elaborará

planos terapêuticos individualizados, fará registro sistemático das evoluções e participará de ações integradas com outros profissionais da rede.

ATRIBUIÇÃO: Realizar ações de promoção, prevenção, avaliação, tratamento e reabilitação em saúde, com foco nas atividades de vida diária, trabalho, lazer e participação social dos indivíduos e grupos. Atuar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), prioritariamente por meio de apoio matricial às equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou equipes Multiprofissionais (eMulti), desenvolvendo intervenções terapêuticas ocupacionais individuais e grupais. Realizar visitas domiciliares, adaptações ambientais e prescrição de tecnologias assistivas. Contribuir para a construção de projetos terapêuticos singulares, considerando o contexto sociocultural e as necessidades dos usuários. Participar do planejamento e execução de ações intersetoriais, visando à inclusão social e à autonomia dos indivíduos. Apoiar as equipes no cuidado a pessoas com sofrimento psíquico, deficiências, idosos e outros grupos vulneráveis.

4. Assistente Social – Carga horária: 40 horas semanais

Atuará no acolhimento, orientação e acompanhamento de usuários em situação de vulnerabilidade social ou que demandem intervenções socioassistenciais. Realizará escuta qualificada, visitas domiciliares quando necessário, articulação com políticas públicas e emissão de pareceres técnicos e relatórios sociais.

ATRIBUIÇÃO: Realizar avaliação e acompanhamento social dos indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade, identificando demandas e necessidades sociais que impactam a saúde. Orientar sobre direitos sociais, acesso a benefícios socioassistenciais e serviços da rede de proteção social. Atuar na articulação entre os serviços de saúde e a rede socioassistencial e intersetorial do município. Desenvolver ações socioeducativas e de mobilização comunitária. Atuar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), prioritariamente por meio de apoio matricial às equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou equipes Multiprofissionais (eMulti), contribuindo para a análise do contexto social e familiar no processo saúde-doença. Realizar visitas domiciliares e participar da elaboração de projetos terapêuticos singulares. Defender os direitos humanos e sociais dos usuários do SUS

5. Nutricionista – Carga horária: 40 horas semanais

Será responsável pela avaliação nutricional dos usuários, prescrição de planos alimentares, educação alimentar, orientação de grupos e indivíduos e acompanhamento clínico. Atuará também em campanhas educativas e ações de promoção à saúde nutricional. Todos os registros deverão ser lançados no sistema informatizado de saúde.

ATRIBUIÇÃO: Desenvolver ações de promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Realizar avaliação do estado nutricional, diagnóstico e acompanhamento nutricional individualizado e coletivo. Prescrever planos alimentares e orientar sobre dietas específicas conforme necessidades clínicas. Atuar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), prioritariamente por meio de apoio matricial às equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou equipes Multiprofissionais (eMulti), realizando discussões de casos, atendimento compartilhado, construção conjunta de projetos terapêuticos e capacitação das equipes em temas de alimentação e nutrição. Desenvolver atividades de educação alimentar e nutricional em grupos e na comunidade. Participar de ações intersetoriais voltadas para a segurança alimentar e nutricional

Psicólogo – Carga horária: 40 horas semanais

Realizará atendimentos psicológicos individuais e em grupo, com foco em prevenção, diagnóstico e intervenção em transtornos mentais e emocionais. Participará de reuniões de equipe, ações de saúde coletiva, elaborará relatórios e pareceres técnicos e manterá registro das atividades em prontuário eletrônico.

ATRIBUIÇÃO: Realizar ações de promoção, prevenção, avaliação, diagnóstico e acompanhamento em saúde mental e psicossocial. Desenvolver escuta qualificada, acolhimento, atendimento psicológico individual, grupal e familiar. Atuar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), prioritariamente por meio de apoio matricial às equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou equipes Multiprofissionais (eMulti), oferecendo suporte técnico, realizando discussões de casos, atendimento compartilhado e construção conjunta de projetos terapêuticos singulares, com foco na ampliação da capacidade de manejo dos problemas de saúde mental pelas equipes. Realizar visitas domiciliares e intervenções em situações de crise. Articular com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e outros serviços da rede intersetorial. Contribuir para a desinstitucionalização e a inclusão social de pessoas com sofrimento psíquico

Gineco-Obstetra

- Praticar assistência pré-natal de nível hospitalar.
- Realizar prevenção, diagnóstico e tratamento das principais intercorrências clínicas e obstétricas de nível hospitalar.
- Desenvolver habilidades para a assistência ao parto e puerpério.
- Realizar prática adequada da Obstetrícia operatória (Tocurgia).
- Diagnosticar e tratar as complicações clínicas e cirúrgicas mais frequentes em Obstetrícia.
- Diagnosticar e tratar as urgências e emergências obstétricas e ginecológicas.
- Praticar assistência em medicina fetal:
- Promover diagnóstico ultrassonográficos das principais afecções fetais.
- Realizar cirurgias ginecológicas e mamárias, para o tratamento das doenças benignas e malignas.
- Realizar procedimentos especializados em Ginecologia, conforme disponibilidade estrutural da unidade hospitalar.
- Promover ações de prevenção e diagnóstico das neoplasias malignas ginecológicas e da mama e realizar planejamento.
- Terapêutico adequado particularmente nos estádios iniciais, bem como conhecer a sua evolução prognóstica.
- Tratar as complicações cirúrgicas mais frequentes em Ginecologia;
- Realizar diagnóstico por imagem em Obstetrícia e Ginecologia;
- Acompanhar via aplicativo a gestação das mulheres usuárias do APP e cadastradas no sistema de saúde municipal;
- Ministrando cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com

acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência.

Cardiologista:

- Realizar tanto atendimento clínico, como também pode realizar procedimentos e exames diagnósticos;
- Atuar na realização de diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas ao coração e ao sistema cardiovascular;

Realizar avaliação cardiológica do paciente, através de análise de exames e análise clínica;

- Identificar alterações no sistema cardiovascular;
- Contribuir para a prevenção de doenças;
- Orientar sobre estilos de vida saudáveis para o coração;
- Ministrando cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência.

Neurologista:

- Realizar diagnóstico e tratamento das doenças neurológicas;
- Atuar em avaliações cognitivas dos pacientes;
- Solicitar exames de cunho neurológicos;
- Ministrando cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência.

Otorrinolaringologista:

- Diagnosticar, tratar e prevenir doenças relacionadas aos ouvidos, nariz, garganta, laringe e pescoço

ortopedista:

- Diagnosticar e tratar problemas que afetam o sistema locomotor;
- Prevenir problemas no sistema locomotor;
- Coordenar cuidados em parceria com outras especialidades, como fisioterapia;
- Realizar cirurgias de correção; Ministrando cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência

pediatra:

- Diagnosticar, tratar e prevenir doenças infantis;
- Observar o desenvolvimento e crescimento infantil
- Orientar os pais sobre vacinação, alimentação, aleitamento materno e cuidados do dia a dia;
- Identificar condições como asma, bronquite ou outras doenças respiratórias;
- Solicitar exames laboratoriais, como hemogramas, exames de urina, ou testes

específicos;

- Ministrar cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência

neuropediatra:

- Diagnosticar e tratar doenças e distúrbios do sistema nervoso e muscular;
- Garantir que o desenvolvimento motor, cognitivo e de linguagem da criança ocorra de forma normal;
- Desenvolver planos de tratamento personalizados para cada criança;
- Ministrar cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência

UROLOGISTA:

- Atua no diagnóstico e tratamento de doenças que afetam o trato geniturinário, que inclui os rins, bexiga, uretra e órgãos reprodutivos masculinos. O urologista atende homens e mulheres, e pode tratar doenças e condições que afetam essas estruturas.
- Prevenir, diagnosticar, tratar e acompanhar doenças do aparelho urinário e do sistema reprodutor masculino;
- Acompanhar cirurgias de redesignação sexual para pacientes transgêneros;
- Realizar exames funcionais, endoscópicos, séricos, urinários e de fluidos corporais;
- Realizar biópsias de próstata, bexiga e lesões penianas;
- Ministrar cursos e educações permanentes para equipe médica e multiprofissional do CONTRATANTE, a fim de prover capacitação para implementar melhorias no serviço assistencial da CONTRATANTE, com acompanhamento de indicadores de qualidade da assistência.

DERMATOLOGISTA:

- Diagnosticar, tratar e prevenir doenças da pele, pelos, mucosas, cabelos e unhas, abrangendo desde problemas comuns até condições mais complexas, como câncer de pele.
- Realiza exames clínicos e laboratoriais para identificar e tratar doenças como acne, eczema, psoríase, infecções fúngicas, entre outras;
- Atua na prevenção de doenças, orientando sobre cuidados com a pele, proteção solar, higiene, entre outros;

CIRURGIÃO VASCULAR

- Realizar consultas e atendimentos médicos na especialidade de Cirurgia Vascular;
- Diagnosticar, indicar e realizar cirurgias vasculares, adotando recursos, técnicas e equipamentos adequados para preservar ou restituir a função vascular;
- Tratar clinicamente e cirurgicamente as doenças que acometem o sistema arterial, venoso e linfático;
- Realizar procedimentos diagnósticos não invasivos, como ecodoppler vascular;
- Executar procedimentos terapêuticos endovasculares nas doenças vasculares;
- Prescrever tratamento, indicando medicamentos e medidas gerais para obter a melhora da função vascular;
- Realizar o acompanhamento pré e pós-operatório dos pacientes;
- Emitir atestados, laudos e pareceres sobre as condições de saúde dos pacientes;

- Participar de programas de saúde, visando à prevenção de doenças vasculares;
- Cumprir com sua escala de plantão, previamente construída e informada pela Coordenação da Unidade;
- Participar das reuniões clínicas realizadas pela Coordenação da Unidade ou outras lideranças médicas;
- Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes;
- Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento;
- Acompanhar as visitas médicas e multidisciplinares que acontecerem durante seu plantão, junto com o diarista e coordenador da equipe;
- Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência.

REUMATOLOGISTA

- Realizar consultas e atendimentos médicos na especialidade de Reumatologia;
- Diagnosticar e tratar as doenças que acometem o tecido conjuntivo, articulações e doenças autoimunes sistêmicas;
- Solicitar e interpretar exames complementares para diagnóstico e acompanhamento das patologias reumáticas;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e via de administração, além de outras orientações de tratamento;
- Realizar procedimentos diagnósticos e terapêuticos como infiltrações articulares, punções e biópsias quando necessário;
- Avaliar e acompanhar pacientes com doenças osteoarticulares, autoimunes e do tecido conjuntivo;
- Emitir atestados, laudos e pareceres sobre as condições de saúde dos pacientes;
- Orientar pacientes quanto a medidas preventivas e comportamentais relativas à sua especialidade;
- Participar de programas de saúde, visando à prevenção de doenças reumáticas;
- Cumprir com sua escala de plantão, previamente construída e informada pela Coordenação da Unidade;
- Participar das reuniões clínicas realizadas pela Coordenação da Unidade ou outras lideranças médicas;
- Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes;
- Atender aos familiares e acompanhantes dos pacientes, prestando informações necessárias e pertinentes ao fluxo do atendimento;
- Acompanhar as visitas médicas e multidisciplinares que acontecerem durante seu plantão, junto com o diarista e coordenador da equipe;
- Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência.

PSIQUIATRA:

- Realizar consultas médicas especializadas em Psiquiatria, com avaliação, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais e do comportamento.
- Elaborar e implementar planos terapêuticos individualizados, incluindo prescrição medicamentosa, psicoterapia e outras intervenções, conforme a necessidade de cada paciente;
- Acompanhar a evolução dos pacientes, ajustando os tratamentos quando necessário e realizando encaminhamentos para outras especialidades ou serviços de saúde, se pertinente.
- Atuar em equipe multidisciplinar, colaborando com outros profissionais de saúde (psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, etc.) para garantir a integralidade do cuidado;
- Participar de reuniões clínicas, discussões de caso e atividades de educação continuada para

aprimoramento profissional e atualização científica.

- Registrar de forma clara, objetiva e completa todas as informações relativas aos atendimentos em prontuários eletrônicos ou físicos, seguindo as normas do CFM e da instituição.
- Realizar atendimentos em regime ambulatorial, hospitalar ou em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme a demanda e a estrutura do serviço.
- Disponibilidade para atendimentos presenciais e, quando aplicável e regulamentado, atendimentos por tele saúde.
- Realizar interconsultas e pareceres psiquiátricos para outras especialidades Médicas.

COORDENADOR DE INTEGRAÇÃO DE ESPECIALIDADES

O coordenador de integração profissional, fará todo o trabalho de organização de serviços médicos, integrando os atendimentos com os atendimentos e/ou procedimentos de outros especialistas, viabilizando assim um ambiente de centro de especialidades médicas completo, e melhorando a jornada e experiência do paciente nesse processo. As funções da coordenação serão exercidas em relação ao CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DO MUNICÍPIO. Suas principais funções são:

- Organizar os serviços entre os médicos especialistas;
- Organizar a logística entre os prestadores;
- Facilitar e reduzir a jornada da população atendida, perfectibilizando uma melhor prestação do serviço;
- Otimizar os atendimentos e melhorar o custo benefício dos serviços médicos Especializados.

Dos requisitos mínimos do Aplicativo de acompanhamento de gestantes:

O software tem como propósito promover a saúde de gestantes e de seus filhos por meio da prestação de um serviço que concede acesso a informações seguras fornecidas por profissionais da saúde, devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais, a respeito de questões que surgem durante o período gestacional, indicando/esclarecendo as condutas ideais a serem seguidas de acordo com o caso concreto apresentado pelo usuário.

É um aplicativo de Telemedicina na modalidade de atendimento Teleorientação, cuja finalidade é a “avaliação remota do quadro clínico do paciente, para definição e direcionamento ao tipo adequado de assistência que necessita”, de acordo com a alínea a), art. 2º da Resolução Nº 56/2020 do CREMEC.

O serviço prestado pelo SOFTWARE está em acordo com todos os parâmetros contidos na resolução Nº 56/2020 do CREMEC, que dispõe sobre o atendimento médico por Telemedicina, incluindo o parágrafo único do art. 3º - “a teleorientação não deverá gerar conduta terapêutica, solicitação de exames complementares, atestados ou outros documentos médicos.”

O serviço visa prestar orientação a gestantes, indicando a conduta mais correta diante de casos descritos pelo usuário no “chat” do aplicativo, bem como interações com outros profissionais da saúde que podem ser indicados pelo aplicativo, de acordo com as necessidades que a gestante dispõe. Vale ressaltar que o serviço não realiza consulta médica, sendo na verdade um serviço que visa promover o acesso à informação segura, de acordo com o caso concreto disposto no aplicativo pelo(a) usuário(a).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.6. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Critério Preferencial

A presente contratação por credenciamento tem como foco garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de saúde especializados ofertados à população do Município de Frecheirinha/CE, sendo essencial que os profissionais credenciados estejam acessíveis e disponíveis de forma constante, evitando desassistência e descontinuidade nos atendimentos.

Nesse contexto, **será adotado critério de preferência territorial**, com vistas a selecionar, de forma prioritária, empresas que disponham de estrutura local compatível com a execução dos serviços e que possam assegurar resposta rápida, regularidade nos atendimentos, bem como integração efetiva com a rede municipal de saúde. Assim, terão **preferência na formalização do contrato e na distribuição dos atendimentos** as empresas que atenderem aos seguintes critérios:

a) Empresas com sede no Município de Frecheirinha/CE, conforme registro regular no CNPJ, terão prioridade absoluta, por garantirem maior disponibilidade territorial dos profissionais, facilitarem o controle e fiscalização pela Administração e promoverem o desenvolvimento local. Esta medida contribui diretamente para o fortalecimento da rede de atenção especializada do município, reduz os custos logísticos e melhora os tempos de resposta dos atendimentos. Fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto nos arts. 5º, I e II, e 6º, II do Decreto Municipal nº 002/2024;

b) Empresas com sede na Região Metropolitana de Sobral/CE, que apresentem estrutura técnica e logística compatível com a execução frequente e regular dos serviços em Frecheirinha. Este critério visa ampliar a cobertura dos serviços especializados em casos de demanda reprimida ou não atendida por empresas locais, mantendo, contudo, a prioridade às empresas sediadas no próprio município, como forma de valorizar a descentralização da assistência e evitar a descontinuidade dos atendimentos. Essa prioridade secundária também está alinhada à diretriz de desenvolvimento regional sustentável, prevista no art. 5º, II, do Decreto Municipal nº 002/2024;

c) Ordem cronológica de credenciamento, privilegiando a celeridade e a previsibilidade na constituição da rede credenciada. Tal critério atende aos princípios da eficiência administrativa e da isonomia processual, garantindo que os primeiros interessados habilitados, após a verificação de todos os requisitos técnicos e legais, sejam contratados com prioridade, conforme o rito previsto no Decreto Municipal nº 002/2024;

d) Maior número de itens e serviços credenciados pela empresa, o que demonstra maior capacidade técnica e organizacional, além de favorecer a gestão integrada da rede de atendimento especializado. Tal critério contribui para a continuidade assistencial e evita a fragmentação na prestação dos serviços, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a padronização dos atendimentos

e) Comprovação de maior capacidade operacional local, por meio da apresentação de equipe técnica ampla, instalações adequadas, menor tempo de deslocamento e resposta, e maior frequência de atendimento. Tal fator reduz o risco de ausências, atrasos ou interrupções nos serviços e reforça o princípio da efetividade previsto no art. 5º, I e II, do Decreto Municipal nº 002/2024;

f) Histórico de adimplemento contratual com o Município de Frecheirinha, observando o desempenho de eventuais contratos anteriores firmados com a Administração, desde que devidamente registrados e documentados. O histórico positivo de atuação revela confiabilidade, responsabilidade e capacidade de entrega, o que contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade na execução contratual, conforme

previsto no art. 6º, II e V, do referido Decreto.

Justificativa: A adoção desses critérios de preferência se justifica pela necessidade de garantir a efetiva prestação dos serviços especializados de saúde, de forma contínua, geograficamente acessível e integrada à rede municipal, sem ferir o caráter isonômico e impessoal do credenciamento, pois todos os interessados que atendam aos requisitos técnicos mínimos poderão se credenciar. O uso de preferências, nestes termos, é permitido em contratações por credenciamento justamente por não se tratar de competição entre os interessados, mas de ordenamento racional da execução contratual, conforme reconhecido pelo art. 43 do Decreto Municipal nº 002/2024 e pela jurisprudência dos órgãos de controle.

1.7. CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA NA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E NA DISTRIBUIÇÃO DOS ATENDIMENTOS

Considerando o caráter de credenciamento público e a necessidade de assegurar a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados à população de Frecheirinha/CE, estabelecem-se os seguintes critérios de preferência:

I – Critérios de Preferência para a Formalização dos Contratos

A formalização dos contratos com os prestadores de serviços de saúde credenciados observará a seguinte ordem de prioridade:

Empresas sediadas no Município de Frecheirinha/CE, conforme registro regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Empresas sediadas na Região Metropolitana de Sobral/CE, desde que comprovem capacidade logística de atendimento presencial em Frecheirinha/CE;

Ordem de credenciamento: havendo mais de uma empresa apta nos critérios anteriores, será adotada a ordem cronológica de recebimento da documentação completa de credenciamento;

Número de serviços habilitados: dentre as empresas habilitadas, será priorizada aquela que apresentar o maior número de especialidades e atendimentos ofertados.

II – Critérios de Preferência para a Distribuição dos Atendimentos

Para garantir a equidade, eficiência e a continuidade dos serviços de saúde, a distribuição dos atendimentos entre os prestadores credenciados será realizada com base nos seguintes critérios, de forma cumulativa e balanceada:

Capacidade de atendimento ofertada pela credenciada, conforme proposta apresentada no credenciamento;

Desempenho técnico e regularidade contratual, verificado por meio dos indicadores de acompanhamento da execução (pontualidade, qualidade, ausência de reclamações e cumprimento das metas);

Proximidade geográfica, visando otimizar o acesso da população aos serviços, sempre que possível priorizando unidades localizadas em Frecheirinha;

Critério de rodízio proporcional, para assegurar ampla utilização dos credenciados e mitigar a concentração dos serviços em um único prestador, observada a compatibilidade técnica e contratual.

2.0. FUNDAMENTO LEGAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados)., além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital e seus anexos.

2.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos –, bem como a Lei Municipal nº 665, de 2025, que regulamenta o Sistema de Contratação de Médicos Pessoa Jurídica (PJ) no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Também fundamenta-se no Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal;

2.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo a este Termo.

3.1.1. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**.

3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

4.0. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1. O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido no edital. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

4.1.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

4.1.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21, da Lei nº 5.764/1971;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47, da Lei nº 5.764/1971;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

4.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

4.2.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

4.2.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. **DECLARAÇÃO** constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

- a) Registro da empresa e dos profissionais nos Conselhos de Classe competentes (CRM);
- b) Apresentação de títulos, diplomas e certificados de especialização dos profissionais indicados;
- c) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia na execução de serviços compatíveis em natureza e complexidade, do item/lote em que for solicitar o credenciamento;
- d) Relação nominal da equipe técnica vinculada, com identificação da função, qualificação e regularidade profissional;
- e) Comprovação de estrutura física, tecnológica ou logística necessária para a execução dos serviços de forma contínua, segura e integrada à rede pública municipal de saúde.

4.3.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, considera-se pertencente ao quadro permanente da licitante: sócio, diretor, responsável técnico ou empregado regularmente vinculado. A comprovação será feita mediante:

I. Para sócio: apresentação do contrato social ou estatuto atualizado, devidamente registrado no órgão competente;

II. Para diretor: apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no órgão competente;

III. Para responsável técnico ou empregado: No caso de vínculo empregatício, apresentação da ficha ou livro de registro de empregados, contendo os campos de admissão ou rescisão, acompanhados do termo de abertura do livro de registro, ou, alternativamente, apresentação de declaração de vínculo assinada pela licitante e pelo profissional;

IV. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Civil, para profissionais vinculados por **prestação de serviços**, admite-se a **apresentação de contrato vigente**, devidamente formalizado, que atenda aos requisitos legais, evidenciando a relação entre o profissional e a licitante e incluindo cláusulas que garantam a responsabilidade técnica do profissional. Como alternativa, poderá ser apresentada uma declaração de disponibilidade assinada pelo profissional, comprometendo-se a atuar na execução do contrato caso a licitante seja vencedora do certame, desde que acompanhada de documentos que comprovem sua qualificação técnica.

4.3.3. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.3.3.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução

Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

4.3.3.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem acima.

4.3.3.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

4.3.3.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

4.3.3.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 4.3.3.3 serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

4.3.3.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);

Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;

Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.

4.3.3.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

4.3.3.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

4.3.3.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

4.3.3.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

4.3.3.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

4.3.3.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

4.3.3.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da

empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

5.0. OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste Termo. (ANEXO I).

5.2. As declarações acima deverão, obrigatoriamente, vir com firma reconhecida do emitente ou assinatura eletrônica, nos termos permitidos pela legislação vigente aplicável a matéria, a fim de garantir a veracidade das informações e imprimir uma maior celeridade ao certame.

6.0. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

6.1. Não se aplica, mormente as disposições do **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**, o qual faculta a elaboração do Plano Anual de Contratação no Âmbito Municipal. Todavia, esclarecemos que a Aquisição/contratação tem previsão na Lei Orçamentária Anual Vigente, conforme se demonstrado na própria LOA e nos autos do Procedimento Licitatório, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

1102.10.301.0181.2.093 - Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Primária a Saúde;
1102.10.301.0182.2.095 - Núcleo de Apoio Saúde da Família- Nasf; 1102.10.302.0181.2.099 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar- Mac; Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00- Outros serviços de terceiros pessoa Jurídica.

7.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigido garantia contratual.

8.0. PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução

será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao

cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de até 05 (Cinco) dias, contados da Ordem de Serviços.

8.14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município– D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

9.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, no prazo de até 05 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de até 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e

condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, podendo ser prorrogado pela administração, desde que haja justificativa clara e pertinente.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais,

comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.9. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.1.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.13.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.17. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.1.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.1.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.1.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) indicados pela administração municipal, caso necessário.

11.1.20.1. O técnico deverá se deslocar ao local da execução do serviço, salvo se puder ser realizado a distância.

11.1.20.2. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

11.1.20.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

11.1.20.4. Apresentar ao Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o nome do preposto que a representará na execução do contrato.

11.1.20.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato, inclusive quanto à segurança dos empregados e terceiros.

11.1.20.6. Assumir a responsabilidade por perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

11.1.20.7. Atender prontamente às solicitações do fiscal do contrato, acatando suas orientações e promovendo as correções exigidas.

11.1.20.8. Executar os serviços em conformidade com as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e contrato e seus anexos, assegurando a adequada prestação dos serviços.

11.1.20.9. Prover todos os materiais, equipamentos, uniformes e EPIs necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes de segurança e medicina do trabalho;

11.1.20.10. Prestar os serviços de forma contínua, eficiente, ética e com observância das normas sanitárias, regulatórias e legais vigentes, em especial às orientações da ANVISA, Ministério da Saúde, Conselhos Profissionais e à Política Nacional de Atenção Especializada.

11.1.20.11. Disponibilizar os profissionais indicados para execução dos serviços conforme os requisitos técnicos exigidos, com a devida comprovação de qualificação técnica e regularidade junto aos respectivos conselhos de classe.

11.1.20.12. Garantir o cumprimento da carga horária contratada para os profissionais com dedicação fixa (40 horas semanais), bem como assegurar a oferta mínima de atendimentos mensais, nos casos de contratação por produção (consulta/exame).

11.1.20.13. Manter estrutura física, equipamentos, insumos e recursos humanos suficientes para a adequada prestação dos serviços, quando os atendimentos forem realizados nas dependências da contratada.

11.1.20.14. Participar, sempre que convocada, de reuniões técnicas e administrativas com a Secretaria de Saúde, com vistas à coordenação da rede assistencial e aprimoramento dos serviços prestados

12.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando: 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer

documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação da sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I – Advertência

II – Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório,

no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.3.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato

impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 067/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

13.0. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. Os serviços deverão ser executados pelo prazo de 01 (Um) ano, a contar da emissão da **ORDEM DE SERVIÇOS**.

13.2. Os serviços deverão ser entregues no(a) sede da Secretaria ou nos locais determinados pela CONTRATANTE, através da ordem de serviços e/ou nas unidades a serem designadas pela secretaria contratante, nos horários acordados com a administração.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. O prazo de vigência deste contrato é de **01 (Um) ano**, contado do(a) a partir de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 tudo da [Lei nº 14.133/2021](#).

14.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

14.1.2. O Serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade, além da necessidade cotidiana para a execução das atividades precípuas para o funcionamento da máquina pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

15. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

15.1. A vedação à participação de pessoas físicas no presente processo de credenciamento justifica-se pela natureza e complexidade dos serviços a serem prestados, os quais exigem, por parte do contratado, estrutura organizacional mínima, capacidade técnica comprovada, emissão de documentos fiscais e atendimento a obrigações trabalhistas, previdenciárias, sanitárias e tributárias. A contratação por meio de pessoa jurídica garante maior segurança jurídica e institucional, permitindo à Administração responsabilizar adequadamente o contratado no âmbito civil, administrativo e tributário, além de facilitar a substituição de profissionais e o cumprimento de metas e indicadores de desempenho.

15.2. Além disso, a contratação direta de pessoa física, especialmente para serviços de natureza continuada,

onerosos e prestados de forma pessoal, configura risco de caracterização de vínculo empregatício, o que é vedado à Administração Pública, conforme jurisprudência consolidada (como a Súmula nº 331 do TST) e princípios constitucionais que regem o regime jurídico único dos servidores públicos. A celebração do contrato com pessoas jurídicas, portanto, previne litígios trabalhistas e reforça a legalidade e a impessoalidade na relação contratual.

15.3. No contexto local, destaca-se que o Município de Frecheirinha/CE regulamentou, por meio da Lei Municipal nº 665/2025, o sistema de contratação de médicos e demais profissionais de saúde por meio de pessoa jurídica, justamente para assegurar maior eficiência, economicidade, padronização dos serviços e segurança jurídica nas contratações públicas da área da saúde. Tal normativo está alinhado às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e às diretrizes de organização da rede assistencial, especialmente no que tange ao funcionamento do Centro de Especialidades.

15.4. Dessa forma, a vedação à participação de pessoas físicas não representa restrição indevida à competitividade, mas sim medida legítima e proporcional ao interesse público, à natureza da contratação e aos princípios da administração pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal vigente

16.0. TIPO DE LICITAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. DA INTRODUÇÃO E DO OBJETO SUGERIDO NO DFD

1.1. O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, em conformidade com o disposto nos artigos 18, 40 e 41 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da referida legislação no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Este documento tem por finalidade analisar de forma criteriosa a necessidade apresentada, avaliar as alternativas existentes no mercado e indicar a solução mais eficiente, vantajosa e adequada ao interesse público.

1.2. O ETP visa subsidiar a tomada de decisão da Administração, demonstrando a viabilidade técnica, operacional, econômica e ambiental da contratação, considerando também os riscos associados, os resultados esperados e os impactos decorrentes. Trata-se de etapa indispensável para assegurar a adequada instrução processual, orientar a elaboração do **TERMO DE REFERÊNCIA** e garantir que o procedimento licitatório alcance os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, eficácia e efetividade, nos termos do arcabouço normativo aplicável.

1.3. Objeto sugerido no Documento de Formalização de Demanda (DFD): **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772.**

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

2.1. As disposições legais que nortearão este documento serão detalhadas na fundamentação legal a seguir e orientarão a aplicação das seguintes premissas:

- a) Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal;
- c) LEI MUNICIPAL Nº 665 DE 24 DE JUNHO DE 2025, REGULAMENTA O SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA E CENTRO MUNICIPAL DE APOIO À SAÚDE - CEMAS DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA-CE, MEDIANTE CREDENCIAMENTO POR CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- d) DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025, DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, AOS LICITANTES E CONTRATADOS PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA;
- e) Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações;
- f) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

g) Lei nº 8.078, de 1990 – Código de defesa do Consumidor;

h) Demais legislação aplicável ao objeto.

2.2. A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual formalmente estabelecido para o ano de 2025, em face de sua ausência. A ausência deste plano, entretanto, não impede o avanço de projetos essenciais que se alinham com os objetivos estratégicos de longo prazo da Administração. A contratação tem previsão na Lei Orçamentária Anual Vigente para o exercício financeiro de 2025.

3. DA(S) UNIDADE ADMINISTRATIVA(S) DEMANDANTE(S) E DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DESIGNADA:

3.1. SECRETARIA DE SAÚDE.

3.2. A equipe de planejamento responsável pela presente contratação é composta pelos seguintes agentes públicos, designados conforme portaria anexada aos autos do processo: **Sr. Pedro Tiago Ximenes da Silva**, matrícula nº 61419; **Sr. Antônio Maicon Serafim da Silva**, matrícula nº 61519.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (art.6º, INC. I do anexo II do decreto municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

4.1. A Secretaria de Saúde do Município de Frecheirinha/CE enfrenta desafios estruturais e operacionais para garantir o acesso oportuno, universal e resolutivo à assistência especializada em saúde da população local. A rede própria municipal, embora organizada e funcional no âmbito da atenção primária, não dispõe de equipe suficiente nem de infraestrutura completa para ofertar de forma contínua consultas médicas especializadas, exames de apoio diagnóstico e atendimentos multiprofissionais essenciais, como os prestados por fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, nutricionistas e psicólogos.

4.2. Tal insuficiência compromete diretamente a eficácia das ações e serviços públicos de saúde, resultando em longos tempos de espera, sobrecarga das unidades básicas, agravamento de quadros clínicos, aumento da judicialização da saúde e, sobretudo, restrição ao direito fundamental à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal. Soma-se a isso a crescente demanda por soluções tecnológicas que promovam a integração do cuidado, como o acompanhamento pré-natal digital, ferramenta inovadora de suporte à saúde da mulher e do bebê.

4.3. Diante desse cenário, a contratação pretendida por meio de **credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de saúde no Centro de Especialidades (CNES nº 5502772)** apresenta-se como medida necessária e urgente para garantir a efetivação do interesse público. O credenciamento permitirá à Administração Pública ampliar a cobertura assistencial por meio da atuação complementar da iniciativa privada, observando-se os princípios da isonomia, economicidade e continuidade do serviço público. Trata-se de uma forma de contratação já devidamente regulamentada no Município por meio do Decreto Municipal nº 002/2024 e autorizada pela Lei Municipal nº 665/2025, que assegura critérios claros, impessoais e públicos para a participação dos prestadores de serviços.

4.4. Ademais, o modelo de credenciamento permite a contratação simultânea e não exclusiva de múltiplos prestadores, com preços previamente fixados pela Administração e compatíveis com o mercado, viabilizando ampla concorrência e eficiência na execução dos serviços, em conformidade com o art. 43 do Decreto Municipal nº 002/2024. Essa abordagem é especialmente adequada para o setor da saúde, no qual a demanda varia conforme a necessidade clínica dos pacientes e a escolha do prestador, em muitos casos, decorre da vinculação direta entre o profissional e o usuário do SUS.

4.5. Portanto, a contratação por credenciamento almeja suprir, de maneira planejada, transparente e legal, as carências da rede assistencial municipal, garantindo o atendimento integral, humanizado e célere aos cidadãos frecheirinhenses, alinhando-se às diretrizes do SUS, aos princípios constitucionais da Administração Pública e ao planejamento estratégico da gestão municipal de saúde.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (Art.6º, Inc. II do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

5.1. Para garantir a adequação técnica, jurídica e operacional da presente contratação por credenciamento, deverão ser observados os seguintes requisitos essenciais, em consonância com a legislação vigente:

5.1.1. Natureza e forma da contratação

A contratação será realizada por meio de **credenciamento de empresas especializadas**, conforme disciplinado no art. 43 do Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, e nos termos da Lei Municipal nº 665/2025, que autoriza expressamente a contratação de serviços médicos especializados e multiprofissionais por meio de chamamento público.

5.1.2. Objeto da contratação

A prestação dos seguintes serviços, de forma complementar à rede municipal de saúde, no âmbito do Centro de Especialidades – CNES nº 5502772:

Consultas médicas especializadas (ortopedia, neurologia, ginecologia, pediatria, psiquiatria, entre outras);

Exames de apoio diagnóstico;

Atendimento multiprofissional por fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e psicólogo;

Acompanhamento pré-natal remoto por aplicativo;

Coordenação da integração das especialidades.

5.1.3. Justificativa para o modelo de credenciamento

A opção pelo credenciamento justifica-se por ser inviável a competição entre os prestadores, uma vez que todos os interessados que atenderem aos requisitos técnicos e legais poderão ser contratados em igualdade de condições, sem exclusividade, com remuneração pré-fixada pela Administração. Trata-se de modelo mais adequado à dinâmica da assistência em saúde, em que a escolha do prestador pode decorrer da livre adesão do paciente, garantindo-se a eficiência e a ampliação do acesso aos serviços especializados.

5.1.4. Requisitos mínimos para o credenciamento

O edital de chamamento público deverá estabelecer:

Habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica;

Regularidade com o respectivo Conselho de Classe da empresa e dos profissionais (ex: CRM, CRP, CREFITO etc.);

Documentação que comprove infraestrutura mínima e meios técnicos para a execução dos serviços;
Aceitação expressa dos termos do edital, inclusive da tabela de remuneração, prazos e critérios de pagamento;
Compatibilidade do objeto social da empresa com os serviços a serem prestados;
As exigências de habilitação jurídica , fiscal, trabalhista e regularidade com os conselhos de classe correspondentes (CRM, CRP, CREFONO, CREFITO, CRN, etc.);
A comprovação de capacidade técnica operacional , por meio de atestados de desempenho anterior compatíveis com os serviços a serem prestados;
A apresentação de instrumentos que demonstrem aptidão para atendimento em conformidade com os protocolos de saúde e regulação municipal , inclusive com suporte a prontuário eletrônico e acompanhamento digital quando aplicável;
As condições contratuais mínimas, prazos, locais de prestação dos serviços, tabelas de remuneração com valores fixados previamente pela Administração (conforme Anexo Único da Lei nº 665/2025), formas de pagamento e critérios de reajuste;
As hipóteses de descredenciamento automático e as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

5.1.5. Prazos e vigência

O chamamento público permanecerá aberto por até 12 (doze) meses, com possibilidade de ingresso contínuo de interessados durante sua vigência. Os contratos individuais firmados com os credenciados terão vigência de até 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, mediante interesse da Administração e anuência do contratado, nos termos do art. 6º da Lei nº 665/2025,

5.1.6. Remuneração e controle dos serviços

A remuneração será efetuada com base em tabela previamente fixada no edital e na lei municipal supracitada, observada a compatibilidade com os valores praticados no mercado. O controle da prestação dos serviços será realizado pela Secretaria de Saúde, com base nos registros operacionais, relatórios mensais, instrumentos de regulação, termos de recebimento e controle de produtividade, assegurando-se a conformidade, a economicidade e a efetividade da execução contratual

5.1.7. Critério Preferencial

A presente contratação por credenciamento tem como foco garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de saúde especializados ofertados à população do Município de Frecheirinha/CE, sendo essencial que os profissionais credenciados estejam acessíveis e disponíveis de forma constante, evitando desassistência e descontinuidade nos atendimentos.

Nesse contexto, **será adotado critério de preferência territorial**, com vistas a selecionar, de forma prioritária, empresas que disponham de estrutura local compatível com a execução dos serviços e que possam assegurar resposta rápida, regularidade nos atendimentos, bem como integração efetiva com a rede municipal de saúde. Assim, terão **preferência na formalização do contrato e na distribuição dos**

atendimentos as empresas que atenderem aos seguintes critérios:

a) Empresas com sede no Município de Frecheirinha/CE, conforme registro regular no CNPJ, terão prioridade absoluta, por garantirem maior disponibilidade territorial dos profissionais, facilitarem o controle e fiscalização pela Administração e promoverem o desenvolvimento local. Esta medida contribui diretamente para o fortalecimento da rede de atenção especializada do município, reduz os custos logísticos e melhora os tempos de resposta dos atendimentos. Fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto nos arts. 5º, I e II, e 6º, II do Decreto Municipal nº 002/2024;

b) Empresas com sede na Região Metropolitana de Sobral/CE, que apresentem estrutura técnica e logística compatível com a execução frequente e regular dos serviços em Frecheirinha. Este critério visa ampliar a cobertura dos serviços especializados em casos de demanda reprimida ou não atendida por empresas locais, mantendo, contudo, a prioridade às empresas sediadas no próprio município, como forma de valorizar a descentralização da assistência e evitar a descontinuidade dos atendimentos. Essa prioridade secundária também está alinhada à diretriz de desenvolvimento regional sustentável, prevista no art. 5º, II, do Decreto Municipal nº 002/2024;

c) Ordem cronológica de credenciamento, privilegiando a celeridade e a previsibilidade na constituição da rede credenciada. Tal critério atende aos princípios da eficiência administrativa e da isonomia processual, garantindo que os primeiros interessados habilitados, após a verificação de todos os requisitos técnicos e legais, sejam contratados com prioridade, conforme o rito previsto no Decreto Municipal nº 002/2024;

d) Maior número de itens e serviços credenciados pela empresa, o que demonstra maior capacidade técnica e organizacional, além de favorecer a gestão integrada da rede de atendimento especializado. Tal critério contribui para a continuidade assistencial e evita a fragmentação na prestação dos serviços, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a padronização dos atendimentos

e) Comprovação de maior capacidade operacional local, por meio da apresentação de equipe técnica ampla, instalações adequadas, menor tempo de deslocamento e resposta, e maior frequência de atendimento. Tal fator reduz o risco de ausências, atrasos ou interrupções nos serviços e reforça o princípio da efetividade previsto no art. 5º, I e II, do Decreto Municipal nº 002/2024;

f) Histórico de adimplemento contratual com o Município de Frecheirinha, observando o desempenho de eventuais contratos anteriores firmados com a Administração, desde que devidamente registrados e documentados. O histórico positivo de atuação revela confiabilidade, responsabilidade e capacidade de entrega, o que contribui para a segurança jurídica e a previsibilidade na execução contratual, conforme previsto no art. 6º, II e V, do referido Decreto.

Justificativa: A adoção desses critérios de preferência se justifica pela necessidade de garantir a efetiva prestação dos serviços especializados de saúde, de forma contínua, geograficamente acessível e integrada à rede municipal, sem ferir o caráter isonômico e impessoal do credenciamento, pois todos os interessados que atendam aos requisitos técnicos mínimos poderão se credenciar. O uso de preferências, nestes termos, é permitido em contratações por credenciamento justamente por não se tratar de competição entre os interessados, mas de ordenamento racional da execução contratual, conforme reconhecido pelo art. 43 do Decreto Municipal nº 002/2024 e pela jurisprudência dos órgãos de controle.

5.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º,

inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente mensuráveis, ainda que exijam a aplicação de conhecimentos técnicos especializados, próprios da área da saúde, e a atuação de profissionais legalmente habilitados.

5.2.1. Trata-se de serviços que envolvem etapas técnicas essenciais para a assistência especializada em saúde, como consultas médicas em diversas especialidades, atendimentos multiprofissionais (fonoaudiologia, terapia ocupacional, serviço social, nutrição e psicologia), acompanhamento pré-natal por meio de plataforma digital e serviços de coordenação técnica da rede de especialidades. Essas atividades exigem domínio de protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, práticas integradas de cuidado e observância rigorosa às normativas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, conselhos profissionais (CRM, CRP, CREFONO, CRN, CREFITO etc.) e demais órgãos reguladores.

5.2.2. Portanto, a natureza dos serviços requer a atuação de equipe técnica multidisciplinar e qualificada, composta por profissionais com formação acadêmica compatível, registro ativo nos respectivos Conselhos de Classe e comprovada experiência na execução de serviços de saúde especializados, seja na assistência direta, na orientação terapêutica ou na gestão técnica dos fluxos de atendimento. Tal composição é essencial para assegurar a qualidade, a humanização, a continuidade e a segurança dos serviços prestados à população.

5.2.3. A caracterização dos serviços como técnicos especializados, porém enquadrados como comuns para fins de contratação pública, reforça a necessidade de adoção de critérios objetivos e proporcionais de habilitação técnica e capacitação operacional. Isso garante a adequada execução contratual, padronização de rotinas, rastreabilidade dos atendimentos, cumprimento das metas assistenciais e mitigação de riscos clínicos, regulatórios e operacionais.

5.3. Para a prestação dos serviços pretendidos, os interessados no credenciamento deverão apresentar documentação comprobatória que atenda às exigências de qualificação técnica e operacional, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

5.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

- a) Registro da empresa e dos profissionais nos Conselhos de Classe competentes (CRM);
- b) Apresentação de títulos, diplomas e certificados de especialização dos profissionais indicados;
- c) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência prévia na execução de serviços compatíveis em natureza e complexidade, do item/lote em que for solicitar o credenciamento;
- d) Relação nominal da equipe técnica vinculada, com identificação da função, qualificação e regularidade profissional;
- e) Comprovação de estrutura física, tecnológica ou logística necessária para a execução dos serviços de forma contínua, segura e integrada à rede pública municipal de saúde.

5.3.2. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, considera-se pertencente ao quadro permanente da licitante: sócio, diretor, responsável técnico ou empregado regularmente vinculado. A comprovação será feita mediante:

- I. Para sócio: apresentação do contrato social ou estatuto atualizado, devidamente registrado no órgão competente;
- II. Para diretor: apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no órgão competente;
- III. Para responsável técnico ou empregado: No caso de vínculo empregatício, apresentação da ficha ou livro de registro de empregados, contendo os campos de admissão ou rescisão, acompanhados do termo de

abertura do livro de registro, ou, alternativamente, apresentação de declaração de vínculo assinada pela licitante e pelo profissional;

IV. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Civil, para profissionais vinculados por **prestação de serviços**, admite-se a **apresentação de contrato vigente**, devidamente formalizado, que atenda aos requisitos legais, evidenciando a relação entre o profissional e a licitante e incluindo cláusulas que garantam a responsabilidade técnica do profissional. Como alternativa, poderá ser apresentada uma declaração de disponibilidade assinada pelo profissional, comprometendo-se a atuar na execução do contrato caso a licitante seja vencedora do certame, desde que acompanhada de documentos que comprovem sua qualificação técnica.

5.4. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

5.4.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem anterior.

5.4.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

5.4.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

5.4.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 5.4.3 serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

5.4.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

- Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);
- Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;
- Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.

5.4.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

5.4.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

5.4.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

5.4.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo

representante legal da empresa.

5.4.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

5.4.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

5.4.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo.

Justificativa e Fundamentação da Exigência do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis

A exigência de apresentação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis pelas empresas interessadas no credenciamento justifica-se como mecanismo essencial para a verificação da **capacidade econômico-financeira** dos prestadores, conforme previsto no art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Essa exigência tem por finalidade assegurar que a contratada possua estrutura econômica suficiente para arcar com os custos operacionais decorrentes da execução dos serviços contratados, sem risco de interrupções, descumprimento de obrigações legais ou comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Tendo em vista que a contratação envolverá a prestação contínua de serviços especializados em saúde — incluindo consultas médicas, atendimentos multiprofissionais, exames, acompanhamento pré-natal e coordenação de especialidades —, a **solidez financeira da empresa é fator crítico de sucesso para garantir a continuidade, regularidade e segurança assistencial**, evitando prejuízos ao atendimento da população e à gestão da rede pública de saúde.

A exigência é respaldada, ainda, pelo **Decreto Municipal nº 002/2024**, que autoriza a Administração a solicitar documentação contábil para aferição da capacidade econômico-financeira, desde que justificada a sua necessidade, especialmente em contratações de natureza continuada, estratégica ou que envolvam risco à regularidade do serviço público essencial.

Ademais, a apresentação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis (como DRE – Demonstração do Resultado do Exercício), devidamente assinadas por profissional habilitado e registradas nos

termos da legislação vigente, permite que a Administração avalie, de forma objetiva, indicadores como liquidez, capital de giro, endividamento e patrimônio líquido, elementos indispensáveis à análise de risco contratual e à segurança na escolha dos credenciados.

Portanto, a exigência em questão está em consonância com os princípios da **segurança jurídica, planejamento, eficiência e interesse público**, assegurando que o Município de Frecheirinha/CE credencie empresas que não apenas estejam legalmente aptas, mas que também demonstrem saúde financeira compatível com a execução de serviços contínuos, sensíveis e de grande impacto social, como os da área da saúde.

5.5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. A prestação dos serviços contratados será conforme solicitação da Secretaria requisitante com antecedência de 05 (Cinco) dias úteis, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração;

5.6. EXECUÇÃO. Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

DA NATUREZA CONTINUADA OU NÃO (SERVIÇOS)

5.7. Os presentes requisitos de contratação foram estabelecidos com base nas especificidades dos serviços a serem prestados no âmbito deste credenciamento. Trata-se de serviços de natureza essencial, com caráter continuado, ainda que não envolvam, necessariamente, vínculo de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. A prestação deve ocorrer de forma sistemática e programada, com garantia de cobertura assistencial e continuidade dos atendimentos especializados à população.

5.8. A natureza continuada dos serviços decorre de sua finalidade pública permanente, uma vez que se destinam a assegurar o funcionamento regular e ininterrupto da rede municipal de atenção especializada à saúde. Tais serviços são indispensáveis ao cumprimento das ações previstas nos instrumentos de planejamento do SUS em nível municipal, especialmente no que se refere à realização de consultas médicas especializadas, atendimentos multiprofissionais, exames clínicos, acompanhamento pré-natal informatizado e coordenação da assistência. A prestação contínua desses serviços poderá abranger mais de um exercício financeiro, conforme legislação municipal, desde que respeitados os limites orçamentários e as regras de planejamento e execução contratual. Sua manutenção regular visa assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo diretamente para a melhoria dos indicadores de saúde, a resolutividade da atenção básica e especializada, e a ampliação do acesso da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS aos serviços públicos de saúde qualificados.

5.9. Critérios e práticas de sustentabilidade e governança:

Sustentabilidade social:	A modelagem incentiva o fortalecimento da economia local, por meio da preferência por empresas sediadas em Frecheirinha/CE, e contribui para a promoção da equidade no acesso aos serviços públicos de saúde, ao ampliar a cobertura assistencial a públicos vulneráveis, incluindo gestantes, crianças e pacientes com necessidade de atendimentos multiprofissionais.
Sustentabilidade ambiental:	As empresas credenciadas deverão adotar práticas compatíveis com os padrões sanitários e ambientais vigentes, especialmente quanto ao descarte correto de resíduos de serviços de saúde (RSS), em conformidade com a legislação da ANVISA, Ministério da Saúde e órgãos ambientais como a

	Resolução CONAMA nº 358/2005
Governança pública:	O modelo de credenciamento adotado assegura maior controle da execução contratual, com transparência na escolha dos prestadores, definição objetiva de critérios técnicos, regulação da produção assistencial e mecanismos de avaliação de desempenho. A Secretaria Municipal de Saúde atuará na coordenação, fiscalização e acompanhamento sistemático dos serviços, garantindo aderência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

5.9.1. A presente contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social, econômica e de governança, em conformidade com os princípios previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes do Decreto Municipal nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da referida legislação no âmbito do Município de Frecheirinha/CE.

5.9.1.1. Em conformidade com o art. 6º, inciso IV, do Anexo II do Decreto Municipal nº 002/2024, a presente contratação contempla critérios de sustentabilidade e de governança relacionados ao objeto, assegurando que a prestação dos serviços ocorra com responsabilidade ambiental, compromisso social e observância de boas práticas de gestão pública.

5.9.2. Do ponto de vista da **sustentabilidade ambiental**, os prestadores credenciados deverão adotar práticas que assegurem o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, desde a geração até a disposição final, em conformidade com as normas da ANVISA, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Isso inclui o descarte adequado de resíduos biológicos, químicos e perfurocortantes, bem como a utilização racional de água, energia elétrica e insumos, além da incorporação de tecnologias limpas e seguras que reduzam impactos ambientais negativos.

5.9.3. Sob a ótica da **sustentabilidade social**, será priorizada a contratação de empresas que desenvolvam ações voltadas à promoção da inclusão, valorização da mão de obra local, formação técnica continuada, respeito aos direitos trabalhistas, e atuação ética e comprometida com o desenvolvimento econômico e social do Município de Frecheirinha. Essa diretriz está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12.7, que orienta a adoção de padrões sustentáveis nas compras públicas.

5.9.4. No campo da **governança pública**, a escolha da modalidade de credenciamento contribui para garantir maior eficiência, publicidade e impessoalidade, assegurando a livre participação de todos os interessados que atendam aos requisitos mínimos exigidos. O procedimento fortalece os pilares da governança pública contemporânea — integridade, prestação de contas, controle social e transparência — conforme recomendado no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* (MPO/2024) e no *Guia de Compras Públicas Sustentáveis – Versão 1.0* (São Paulo/2025).

5.9.5. Os critérios de sustentabilidade e governança serão considerados tanto na fase de credenciamento quanto na fase de execução contratual, por meio do acompanhamento de indicadores de desempenho, da fiscalização da conformidade sanitária e ambiental, da rastreabilidade dos atendimentos realizados e da adoção de práticas de gestão baseadas na ética e na responsabilidade institucional. A gestão dos contratos será orientada pela eficiência na utilização dos recursos públicos e pela efetividade na prestação dos serviços de saúde à população.

5.9.6. Observância de práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, integradas à elaboração de documentos e processos administrativos;

5.9.7. Redução de desperdícios e incentivo à adoção de soluções digitais, visando a eficiência energética e o menor impacto ambiental.

5.9.8. Integração de aspectos de acessibilidade e inclusão social nos processos e documentos elaborados.

5.9.9. Incentivo a fornecedores locais e microempresas, promovendo o desenvolvimento econômico da região.

5.10. Este estudo foi elaborado com base no objeto informado pelas Secretarias Municipais em seus Documentos de Formalização de Demanda (DFD), tendo como objeto sugerido a seguinte contratação: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772**, visando atender as necessidades administrativas da Secretaria demandante. Essa contratação tem como objetivo suprir as demandas administrativas da Secretaria solicitante, garantindo o cumprimento das exigências legais.

5.11. Isso posto, a melhor estratégia para atender à demanda seria o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772**, de natureza continuada, para não comprometer a continuidade das atividades Administrativas.

5.12. A vigência inicial do contrato será de **01 (Um) ano**, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.

5.13. Necessidade de garantia de execução: **NÃO**.

5.14. As autorizações de serviços, acompanhadas das respectivas notas de empenho, serão enviadas na forma prevista no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. III do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

6.1. Dentre as diversas soluções disponíveis no mercado para prestação de serviços de saúde especializados, observa-se que o **modelo de credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde** mostra-se como a **alternativa mais vantajosa para o Município de Frecheirinha/CE**, considerando os seguintes fatores:

SOLUÇÕES POSSÍVEIS OFERECIDAS PELO MERCADO

1. Credenciamento de Pessoas Jurídicas Prestadoras de Serviços de Saúde

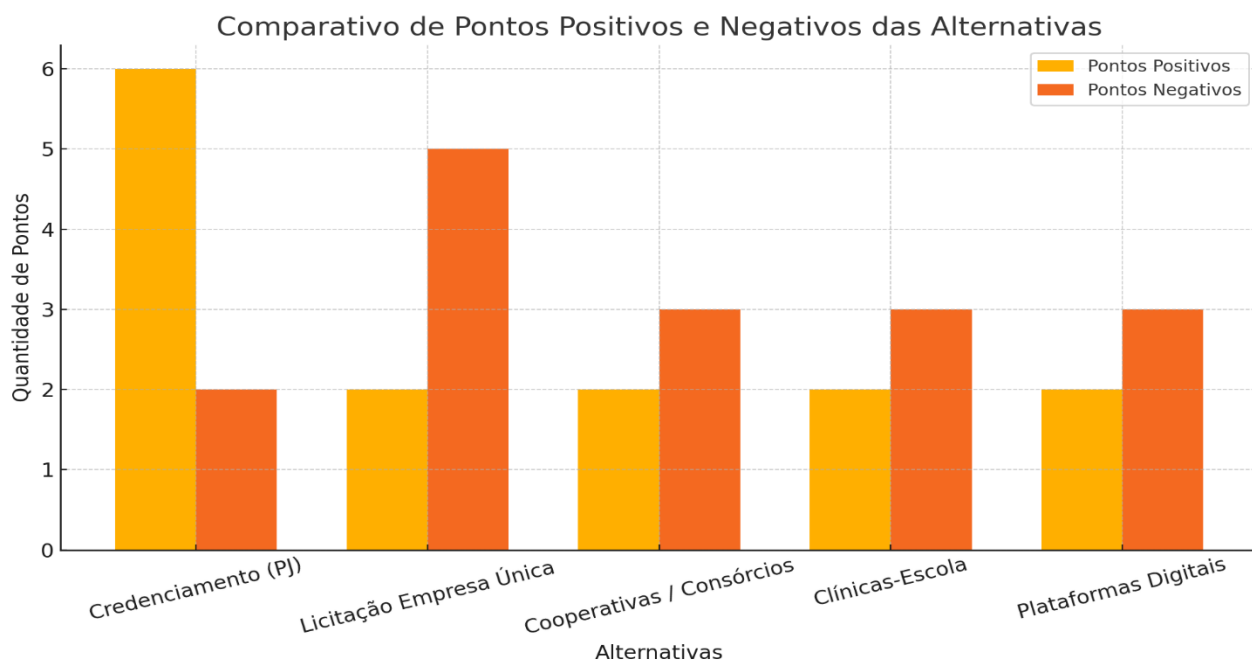
Modalidade comum na administração pública, permite o credenciamento contínuo de empresas especializadas para oferta de serviços como consultas médicas especializadas, exames laboratoriais e de imagem, e atendimentos multiprofissionais.

	Proporciona flexibilidade contratual e seleção de prestadores conforme demanda real.
2. Contratação Direta de Empresas Especializadas em Atenção Ambulatorial e Multiprofissional	Empresas que oferecem pacotes de serviços especializados com estrutura própria ou por meio de rede conveniada.
	A contratação pode ocorrer via licitação (pregão ou concorrência), para fornecimento global de serviços de saúde, com foco em produtividade e metas pactuadas.
3. Serviços de Telessaúde e Aplicativos de Monitoramento Pré-Natal	Soluções digitais disponibilizadas por empresas de tecnologia em saúde, com integração ao prontuário eletrônico e acompanhamento remoto de gestantes.
	Normalmente ofertadas em modelo SaaS (Software como Serviço), podendo ser contratadas de forma isolada ou integrada a pacotes de atenção primária/ambulatorial.
4. Centros de Diagnóstico por Imagem e Laboratórios Especializados (PJ)	Empresas privadas com capacidade técnica e estrutura para realizar exames laboratoriais e de imagem sob demanda, com sistemas integrados de laudo eletrônico, agendamento online e protocolos padronizados.
	Atuam mediante contrato ou credenciamento conforme parâmetros de produção e qualidade estabelecidos pela Administração.
5. Cooperativas ou Consórcios de Profissionais da Saúde	Solução alternativa para ampliação da rede de atendimento multiprofissional (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais), com base em cooperativas ou associações regularmente constituídas.
	Possibilidade de pactuação de carga horária e indicadores de desempenho.
6. Prestadores com Plataforma Integrada de Coordenação de Especialidades	Algumas empresas oferecem plataformas específicas para gestão e regulação de consultas e exames especializados, com fluxos digitais de encaminhamento, central de agendamentos e integração com a rede de atenção básica.
	Essas soluções melhoram o tempo de resposta e o controle da linha de cuidado.
7. Empresas de Gestão Integrada de Saúde Pública Municipal	Solução mais ampla, voltada à terceirização de núcleos inteiros da gestão ambulatorial e especializada, mediante contratação de organizações com expertise em estruturação de redes de atenção e gerenciamento de serviços sob indicadores de qualidade e produtividade.

6.2. A seguir, apresenta-se a análise das soluções identificadas para atender à necessidade de contratação, conforme as informações contidas nos documentos apresentados até aqui:

Alternativa	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Saúde (PJ)	<ul style="list-style-type: none"> – Permite contratação contínua e sob demanda, sem necessidade de estimativa fixa; – Alta flexibilidade administrativa e orçamentária; – Viabiliza ampla rede de prestadores com diferentes especialidades; – Favorece a concorrência local (prioridade para empresas do Município e região); – Aderente à natureza assistencial do SUS; – Permite controle de qualidade e auditoria conforme produção efetiva. 	<ul style="list-style-type: none"> – Exige estrutura administrativa para regulação, autorização e fiscalização dos serviços; – Depende da existência de interessados qualificados para credenciar-se.
Licitação para contratação de empresa única com pacote completo de serviços (modelo tradicional)	<ul style="list-style-type: none"> – Centraliza a gestão dos serviços; – Possibilidade de pactuação de metas e indicadores de desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> – Menor flexibilidade: engessamento contratual; – Dificuldade de substituição de prestadores inadimplentes; – Demanda previsão orçamentária exata e antecipada; – Pouca atratividade para empresas pequenas locais; – Risco de interrupção do serviço em caso de rescisão.
Contratação de cooperativas ou consórcios de profissionais	<ul style="list-style-type: none"> – Possibilidade de composição de equipes multiprofissionais por especialidade; – Custo moderado em comparação a empresas privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Limitação de escopo (geralmente não atendem exames ou tecnologias digitais); – Exige fiscalização específica sobre relação trabalhista x cooperativismo; – Pouca disponibilidade na região de Frecheirinha.
Parcerias com clínicas-escola de instituições de ensino	<ul style="list-style-type: none"> – Baixo custo para a Administração; – Estimula formação de profissionais locais. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilidade limitada por calendário acadêmico e agenda institucional; – Cobertura assistencial parcial (geralmente sem exames e alta complexidade); – Necessidade de formalização por convênio ou termo de cooperação.
Plataformas digitais e serviços de telessaúde (acompanhamento pré-natal, agendamentos etc.)	<ul style="list-style-type: none"> – Modernizam a gestão e o cuidado, especialmente no pré-natal; – Facilitam controle, rastreabilidade e comunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Solução parcial: não substituem atendimentos presenciais; – Exigem integração com prontuários e sistemas locais; – Necessitam de suporte técnico e capacitação dos usuários.

6.3. Solução Escolhida: Solução 01 – Credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas



6.4. Após a análise das alternativas disponíveis no mercado e considerando a natureza da necessidade administrativa, conclui-se que a modalidade de credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde (pessoa jurídica) representa a solução mais adequada, vantajosa e compatível com o interesse público, tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico.

6.5. Justificativa Técnica

A prestação dos serviços de saúde especializados, a serem executados no âmbito do Centro de Especialidades (CNES nº 5502772), demanda abrangência multiprofissional, continuidade assistencial e flexibilidade operacional, aspectos que são plenamente atendidos pela modelagem do credenciamento. Trata-se de uma solução que:

Permite a **composição de uma rede diversificada de prestadores**, com profissionais e clínicas habilitados para consultas médicas especializadas, exames, atendimentos com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e psicólogo;

Permite a **composição de uma rede diversificada de prestadores**, com profissionais e clínicas habilitados para consultas médicas especializadas, exames, atendimentos com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e psicólogo;

Possibilita a **livre adesão por parte dos interessados**, desde que preenchidos os requisitos técnicos mínimos definidos no edital, respeitando os princípios da isonomia e da impessoalidade;

Permite a **regulação da demanda pela própria Administração**, conforme necessidade efetiva e disponibilidade orçamentária;

É compatível com a **estrutura de regulação e auditoria da Secretaria de Saúde**, favorecendo o controle da produção e da qualidade dos serviços executados.

6.6. Justificativa Econômica

Ser **mais eficiente e flexível na aplicação dos recursos públicos**, uma vez que os pagamentos ocorrerão apenas pelos serviços efetivamente realizados e atestados, evitando despesas antecipadas ou ociosas;

Viabilizar a **participação de empresas locais ou regionais**, com custos compatíveis à realidade do Município de Frecheirinha, favorecendo a competitividade e evitando a centralização em grandes grupos empresariais com custos operacionais mais elevados;

Minimizar os riscos de descontinuidade, que, em contratos tradicionais, podem ocorrer por inadimplemento, rescisão unilateral ou descumprimento contratual por parte de uma única empresa;

Estimular o desenvolvimento do setor local de saúde, promovendo **giro econômico no município** e favorecendo a geração de empregos diretos e indiretos na área da saúde;

Permitir **maior previsibilidade orçamentária**, com controle mensal da despesa pública, ajustado à demanda real de pacientes atendidos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

7.1. A solução adotada consiste na realização de processo de credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde, sob a forma de pessoa jurídica, para atuação no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, com foco na complementação da rede municipal de atenção especializada, por meio do atendimento no Centro de Especialidades – CNES nº 5502772. A prestação dos serviços credenciados deverá abranger as seguintes áreas:

Consultas médicas especializadas em diversas especialidades (a serem detalhadas no edital);

Exames laboratoriais e de imagem de média complexidade;

Atendimentos multiprofissionais com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista e psicólogo;

Acompanhamento pré-natal por meio de aplicativo ou sistema digital de monitoramento;

Coordenação, regulação e retorno de especialidades, com registro adequado em prontuário eletrônico.

7.2. A execução dos serviços deverá obedecer aos protocolos clínicos, diretrizes sanitárias e parâmetros estabelecidos pelo SUS, além das normas técnicas da ANVISA, do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde.

7.2.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão atender a **requisitos técnicos mínimos**, a fim de garantir a qualidade, a continuidade e a segurança dos serviços prestados, incluindo:

Apresentação de registro ou inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou órgão de classe equivalente, com número do RQE quando aplicável;

Relação da equipe técnica com comprovação de habilitação legal, regularidade nos respectivos conselhos

e experiência compatível com os serviços a serem executados;

Instalações adequadas, equipamentos em funcionamento e estrutura física compatível com a prestação segura e eficiente dos serviços contratados;

Utilização de prontuário eletrônico, integração com sistemas da Secretaria Municipal de Saúde e fornecimento de relatórios gerenciais e assistenciais para fins de auditoria e monitoramento;

Cumprimento dos critérios de sustentabilidade, governança e responsabilidade sanitária, ambiental e social.

7.2.2. Exigências de Manutenção e Assistência Técnica:

7.2.2.1. Ainda que se trate de serviços assistenciais, serão exigidos, no âmbito do credenciamento:

Garantia de funcionamento pleno dos sistemas digitais adotados para registro, regulação e acompanhamento das consultas e atendimentos, incluindo canal de suporte técnico para resolução de falhas;

Responsabilidade das empresas por **manutenção preventiva e corretiva de seus próprios equipamentos e sistemas**, especialmente no caso de exames laboratoriais, imagem ou atendimentos digitais (ex: acompanhamento pré-natal por aplicativo);

Prestação de assistência técnica no prazo máximo de 48 horas em caso de falhas operacionais que comprometam o cumprimento da agenda de atendimentos ou o acesso ao prontuário eletrônico;

Adoção de rotinas de controle de qualidade, calibração de equipamentos e garantia da rastreabilidade dos serviços prestados, conforme normas de biossegurança e padrões técnicos vigentes.

7.3. A solução, portanto, está estruturada para assegurar não apenas o atendimento imediato da demanda assistencial, mas também a manutenção contínua da qualidade e da segurança dos serviços, em consonância com os princípios do SUS e com as diretrizes de gestão pública eficiente, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

7.4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA:

7.4.1. A solução proposta consiste no **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, VOLTADO À COMPLEMENTAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772**. O objetivo é garantir o acesso contínuo e eficiente da população a atendimentos especializados, conforme pactuação da Secretaria Municipal de Saúde e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). O objeto da contratação envolve, cumulativamente, os seguintes serviços:

a) Consultas médicas especializadas

Prestação de atendimentos médicos por profissionais com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), em especialidades a serem previamente definidas com base nas necessidades da rede assistencial.

Registros eletrônicos dos atendimentos em sistema compatível com os

	padrões do SUS.
b) Realização de exames laboratoriais e de imagem	Exames de média complexidade com laudos assinados por profissionais habilitados.
	Coleta, análise e emissão de resultados em prazos compatíveis com protocolos clínicos, observando as normas da ANVISA e demais órgãos reguladores.
c) Atendimento multiprofissional	Atendimento por profissionais legalmente habilitados nas áreas de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Assistência Social e Nutrição.
	Execução conforme os protocolos clínicos e as normativas da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), quando aplicável.
d) Acompanhamento pré-natal digital	Fornecimento de solução tecnológica (aplicativo) para acompanhamento digital de gestantes, com acesso remoto a orientações, alertas, registros e agendamentos.
	Integração da ferramenta com os fluxos e sistemas da Secretaria de Saúde.
e) Coordenação e de regulação de especialidades	Gerenciamento do retorno de especialidades, articulação de fluxos e controle da execução dos atendimentos por meio de relatórios e indicadores assistenciais.
	Apoio à regulação municipal para garantir resolutividade, evitando desassistência e filas represadas.

7.5. Os serviços deverão ser realizados de forma presencial ou remota, conforme a natureza da atividade, e obedecerão aos princípios da continuidade do atendimento, integralidade da atenção e equidade no acesso, devendo ser prestados com qualidade técnica, ética profissional e conformidade legal.

A execução será regulada por chamadas públicas contínuas, permitindo a adesão de empresas interessadas desde que atendam aos requisitos técnicos e jurídicos estabelecidos no edital, observando critérios de preferência já definidos e respeitando o limite orçamentário disponível.

8. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (art.6º, Inc. IX do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.1. A estimativa da quantidade a ser contratada foi realizada com base em uma metodologia **mista**, combinando projeções histórico-estatísticas da demanda registrada pela Secretaria de Saúde nos últimos 12 (doze) meses com a previsão de ampliação da cobertura de serviços decorrente da implantação do Centro de Especialidades – CNES nº 5502772. Considerou-se ainda:

O perfil epidemiológico da população local;

A capacidade instalada da rede pública municipal;

A estimativa populacional do IBGE para o Município de Frecheirinha;

As metas de ampliação do acesso a atendimentos especializados no SUS.

8.2. Estimativa de atendimentos por especialidade e por tipo de serviço:

8.2.1. A estimativa de quantidades para a contratação de serviços de saúde no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, especificamente no Centro de Especialidades – CNES nº 5502772, foi realizada com base em critérios técnicos, projeções de demanda reprimida, histórico de atendimentos, capacidade instalada da rede municipal e diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 665/2025, que regulamenta o sistema de contratação de empresas prestadoras de serviços especializados em saúde.

8.2.2. Considerando a necessidade de atendimento contínuo à população e a política pública de ampliação da atenção especializada, estimou-se que o município necessitará mensalmente de três atendimentos de profissional fonoaudiólogo, dois atendimentos de terapeuta ocupacional, um atendimento de assistente social, um de nutricionista e dois de psicólogo, totalizando, ao final de um exercício, 36 atendimentos de fonoaudiologia, 24 de terapia ocupacional, 12 de serviço social, 12 de nutrição e 24 de psicologia.

8.2.3. No que se refere às consultas médicas especializadas, os dados foram levantados com base em relatórios da produção anterior da atenção básica e da demanda reprimida registrada na Central de Regulação Municipal. A projeção indica a necessidade de 600 consultas anuais em ortopedia, 240 em neurologia, 2.400 em ginecologia, 600 em pediatria, 360 em urologia, 600 em neuropediatria, 480 em dermatologia, 360 em cardiologia, 360 em otorrinolaringologia, 180 em cirurgia vascular, 180 em reumatologia e 2.160 em psiquiatria.

8.2.4. Além disso, com a implantação de tecnologia para o acompanhamento remoto de gestantes, estima-se que aproximadamente 100 gestantes/mês serão acompanhadas via aplicativo especializado em saúde, totalizando cerca de 1.200 acompanhamentos pré-natais ao longo do ano. Para garantir a gestão técnica e integração das especialidades, também será contratada a coordenação mensal dos serviços, resultando em 12 unidades de atividade por ano.

8.2.5. A metodologia utilizada para a definição das quantidades baseou-se na projeção da demanda atual e futura, priorizando o atendimento às necessidades essenciais da população e o cumprimento dos parâmetros legais de cobertura. Foram considerados os dados extraídos dos sistemas de informação do SUS, a avaliação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, as metas pactuadas em instrumentos de planejamento como a Programação Anual de Saúde (PAS) e o Plano Municipal de Saúde (PMS), além da compatibilização com os limites orçamentários disponíveis no Fundo Municipal de Saúde.

8.2.6. Dessa forma, o presente memorial de cálculo assegura a racionalidade da contratação, compatibilizando a oferta dos serviços com as reais necessidades da população local e promovendo a continuidade, a qualidade e a eficiência da assistência especializada em saúde. Segue, em anexo, o quantitativo consolidado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. DE PROFISSIONAIS	QUANT. DE MÊS	VL. UNIT MESNSAL POR PROFISSIONAL
01	FONOAUDIOLOGO	UND	03	12	R\$ 6.500,00
02	TERAPEUTA OCUPACIONAL	UND	02	12	R\$ 8.000,00
03	ASSISTENTE SOCIAL	UND	01	12	R\$ 5.500,00
04	NUTRICIONISTA	UND	01	12	R\$ 6.500,00

05	PSICÓLOGO	UND	02	12	R\$ 6.500,00
ESPECIALIDADES MÉDICAS – AMBULATÓRIO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT.
06	Contratação de Consultas Médicas ORTOPEDISTA	CONSULTA	50	600	R\$ 250,00
07	Contratação de Consultas Médicas NEUROLOGISTA	CONSULTA	20	240	R\$ 500,00
08	Contratação de Consultas Médicas GINECOLOGISTA	CONSULTA	200	2.400	R\$ 200,00
09	Contratação de Consultas Médicas PEDIATRIA	CONSULTA	50	600	R\$ 400,00
10	Contratação de Consultas Médicas UROLOGISTA	CONSULTA	30	360	R\$ 350,00
11	Contratação de Consultas Médicas NEUROPEDIATRIA	CONSULTA	50	600	R\$ 450,00
12	Contratação de Consultas Médicas de DERMATOLOGISTA	CONSULTA	40	480	R\$ 400,00
13	Contratação de Consultas Médicas CARDIOLOGISTA	CONSULTA	30	360	R\$ 400,00
14	Contratação de Consultas Médicas OTORRINOLARINGOLOGISTA	CONSULTA	30	360	R\$400,00
15	Contratação de Consultas Médicas CIRURGIÃO VASCULAR	CONSULTA	15	180	R\$450,00
16	Contratação de Consultas Médicas REUMATOLOGISTA	CONSULTA	15	180	R\$400,00
17	Contratação de Consultas Médicas PSIQUIATRICAS	CONSULTA	180	2.160	R\$ 225,00
ESPECIALIDADE MÉDICA – GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA – ACOMPANHAMENTO MÉDICO ATRAVÉS DE APLICATIVO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT.
18	Acompanhamento médico (GINECOLOGISTA/OBSTETRA) via aplicativo	Usuário cadastrado no aplicativo	100	1.200	R\$ 80,00
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. EST. MÊS	QUANT. EST. ANO	VALOR. UNIT. MÊS
19	COORDENAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE ESPECIALIDADES	MENSAL	01	12	R\$ 9.000,00

8.3. DA ESTIMATIVA DO VALOR (art.6º, Inc. X do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.3.1. A estimativa do valor da presente contratação está fundamentada na Lei Municipal nº 665/2025, que regulamenta o Sistema de Contratação de Médicos e demais profissionais da saúde por meio de credenciamento no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Referida norma, aprovada segundo os trâmites legais, fixou os valores unitários de referência por tipo de serviço, especialidade e regime de trabalho, com base em estudo técnico realizado previamente pela Administração e analisado pelas comissões competentes.

8.3.2. A tabela constante no **ANEXO ÚNICO** da referida lei apresenta, de forma detalhada, os valores brutos por consulta, por hora técnica ou por regime mensal, conforme o tipo de serviço, abrangendo consultas médicas especializadas, atendimentos multiprofissionais (fonoaudiologia, nutrição, psicologia, serviço social, terapia ocupacional), exames e procedimentos, além do acompanhamento pré-natal via aplicativo e da coordenação

de especialidades. Esses valores foram estabelecidos de acordo com a realidade orçamentária e a média praticada pelo mercado regional.

8.3.3. Importante destacar que os valores definidos pela Lei Municipal nº 665/2025 possuem, até o presente momento, **presunção de legitimidade e legalidade**, dado seu caráter normativo e o processo de tramitação regular no Poder Legislativo Municipal. Além disso, refletem um planejamento prévio da Administração para garantir a viabilidade da contratação por credenciamento.

8.3.4. Dessa forma, a estimativa de valor ora considerada não decorre de mera pesquisa de mercado ou consulta avulsa, mas sim de **norma jurídica em vigor**, que estabeleceu parâmetros objetivos, públicos e transparentes para o cálculo dos custos da contratação. A adoção da tabela prevista em lei como referência assegura segurança jurídica à contratação e permite à Administração Municipal realizar o chamamento público de forma isonômica e com base em critérios previamente fixados e amplamente divulgados.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art.6º, Inc. XI do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

9.1. A contratação objeto deste **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** visa à complementação da rede assistencial de saúde do Município de Frecheirinha/CE, mediante **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIVERSAS ÁREAS DA SAÚDE, INCLUINDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES LABORATORIAIS E DE IMAGEM, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES E ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO, A SEREM EXECUTADOS PRIORITARIAMENTE NO CENTRO DE ESPECIALIDADES (CNES Nº 5502772).**

9.2. Embora os serviços demandados envolvam naturezas técnicas distintas e múltiplas categorias profissionais, **opta-se por não realizar o parcelamento em processos de contratação separados**, uma vez que todos os serviços estão integrados à mesma política pública de atenção especializada à saúde e estão previstos sob a mesma normatização local — a Lei Municipal nº 665/2025, que regulamenta o sistema de credenciamento de profissionais da saúde no Município, estabelecendo inclusive os valores de remuneração para cada tipo de serviço.

9.3. A realização de um único processo de credenciamento com estruturação por item, correspondente a cada tipo de serviço ou especialidade a ser contratada, assegura a ampla participação de empresas com diferentes perfis técnicos, ao passo em que mantém a racionalização dos procedimentos administrativos, facilita o acompanhamento da execução contratual, melhora o controle de produção e pagamento por serviço prestado e garante uniformidade nos critérios de seleção, julgamento e fiscalização.

9.4. Assim, a solução será organizada sem parcelamento em múltiplos processos, mas com estrutura interna por ITEM, adotando-se o critério de julgamento por menor preço por item, conforme estabelecido no edital de chamamento. Essa modelagem respeita os princípios da economicidade, eficiência, vantajosidade e transparência, promovendo competitividade entre os interessados, inclusive microempresas, empresas de pequeno porte ou especializadas em áreas específicas, sem comprometer a unidade da política pública de saúde a ser implementada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X e art.6º, Inc. XII do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

10.1. A presente contratação, que tem por objeto o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde no Município de Frecheirinha/CE, compreendendo consultas médicas especializadas, exames,

atendimentos multiprofissionais, coordenação de especialidades e acompanhamento pré-natal via aplicativo, poderá demandar contratações correlatas ou interdependentes para garantir sua plena execução, continuidade e eficácia operacional. Dentre essas possíveis contratações complementares, destacam-se:

Aquisição de medicamentos e insumos médicos e laboratoriais, necessários para viabilizar a realização dos exames, tratamentos e procedimentos prescritos pelos profissionais credenciados;

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de saúde, inclusive laboratoriais e de informática, instalados nas unidades onde os serviços serão prestados;

Contratação de serviços de tecnologia da informação, especialmente para garantir a integração entre o sistema de acompanhamento pré-natal via aplicativo e os sistemas municipais de regulação, agendamento e prontuário eletrônico;

Contratação de serviços de transporte sanitário, para viabilizar o deslocamento de pacientes da zona rural ou de unidades básicas até o Centro de Especialidades;

Serviços de apoio administrativo e operacional, como digitalização, recepção e organização de fluxos de atendimento, a depender da carga de demanda gerada.

10.2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE: Tais contratações, embora não integrem diretamente o objeto principal deste Estudo Técnico Preliminar, são interdependentes e devem ser consideradas no planejamento estratégico da Secretaria de Saúde, a fim de assegurar a efetiva prestação dos serviços à população e evitar descontinuidade ou ineficiência nas ações de saúde especializada. Dessa forma, recomenda-se o acompanhamento integrado entre os setores responsáveis por cada frente de contratação, de modo a garantir alinhamento entre as ações, economicidade na gestão dos recursos públicos e efetividade nos resultados esperados com a ampliação da oferta de serviços especializados de saúde no Município.

11. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II e art.6º, Inc. XIII do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

11.1. A contratação tem previsão na Lei Orçamentária Anual Vigente para o exercício financeiro de 2025. A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual formalmente estabelecido para o ano 2025, em face de sua ausência. A ausência deste plano, entretanto, não impede o avanço de projetos essenciais que se alinham com os objetivos estratégicos de longo prazo da Administração, especialmente aqueles voltados para eficiência energética e sustentabilidade. Todavia, esclarecemos que a Aquisição/contratação tem previsão na Lei Orçamentária Anual Vigente, conforme se demonstrado na própria LOA e nos autos do Procedimento Licitatório, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

1102.10.301.0181.2.093 - Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Primária a Saúde;

1102.10.301.0182.2.095 - Núcleo de Apoio Saúde da Família- Nasf;

1102.10.302.0181.2.099 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar- Mac;

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. XIV do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

12.1. A presente contratação visa garantir a prestação contínua e qualificada de serviços especializados em saúde, por meio de um modelo de credenciamento de empresas prestadoras de serviços médicos e multiprofissionais, com foco na ampliação da cobertura assistencial e na racionalização dos custos públicos. Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

Melhoria da gestão orçamentária e previsibilidade financeira, uma vez que o modelo de credenciamento permite que a Administração Pública realize pagamentos apenas pelos serviços efetivamente prestados, eliminando o risco de ociosidade contratual e assegurando a alocação proporcional dos recursos públicos à demanda real da população.

Aproveitamento da infraestrutura já existente, considerando que os serviços serão executados majoritariamente no Centro de Especialidades do Município de Frecheirinha (CNES nº 5502772), estrutura já equipada e adequada para a realização de consultas, exames e atendimentos especializados, evitando, assim, novos investimentos em instalações físicas.

Otimização dos recursos humanos da rede municipal de saúde, por meio da atuação complementar das equipes credenciadas, integradas ao sistema de regulação e atenção básica. Essa medida permitirá o redirecionamento estratégico de profissionais concursados e contratados para outras áreas prioritárias da atenção primária, sem prejuízo à assistência especializada.

Incremento da resolutividade dos atendimentos no âmbito municipal, reduzindo o número de encaminhamentos para outros municípios, os custos com transporte sanitário e os tempos de espera dos pacientes, com reflexos positivos diretos na qualidade do serviço prestado.

Maior controle, transparência e flexibilidade na gestão dos serviços contratados, considerando que a Administração poderá, a qualquer momento, descredenciar prestadores que não cumpram os critérios de desempenho, qualidade e regularidade, ou ampliar o rol de credenciados para suprir demandas emergentes, sem necessidade de novo processo licitatório.

Estímulo à competitividade local e ao desenvolvimento socioeconômico regional, com a priorização de empresas sediadas em Frecheirinha e na Região Metropolitana de Sobral, favorecendo a circulação de recursos no território e a geração de empregos qualificados na área da saúde.

12.2. Em síntese, o modelo proposto assegura um equilíbrio entre a ampliação da oferta de serviços de saúde, a sustentabilidade orçamentária e a eficiência administrativa, promovendo uma gestão pública orientada por resultados, com base nos princípios da economicidade, eficiência e efetividade.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art.6º, Inc. XV do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024 e art.18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Considerando a natureza técnica, especializada e contínua dos serviços de saúde a serem contratados por meio de credenciamento, a Administração deverá adotar um conjunto de providências prévias à celebração dos contratos individuais com os prestadores credenciados, visando garantir a regularidade da execução contratual e a conformidade com os princípios da eficiência, controle e legalidade. Entre as providências recomendadas, destacam-se:

Designação formal de fiscais e gestores contratuais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, por meio de portaria da autoridade competente, especificando suas responsabilidades, atribuições e limites de atuação no âmbito da fiscalização técnica, administrativa, financeira e sanitária dos serviços prestados.

Capacitação técnica dos servidores designados, por meio de treinamentos específicos sobre:

- A correta utilização dos instrumentos de controle e fiscalização da prestação dos serviços de saúde credenciados;
- As exigências normativas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024 quanto à fiscalização contratual;
- A utilização de sistemas informatizados (como prontuário eletrônico ou plataformas de regulação) para acompanhamento da produção dos serviços contratados;
- O monitoramento de indicadores de desempenho, qualidade e cumprimento das metas pactuadas.

Elaboração ou atualização dos manuais internos de fiscalização e gestão contratual, adaptando-os à modalidade de credenciamento e às peculiaridades da prestação de serviços em saúde, com foco na verificação da efetiva prestação do serviço, na checagem da conformidade dos relatórios técnicos e na validação dos pagamentos.

Definição de rotinas administrativas e fluxos de trabalho claros, envolvendo a Secretaria de Saúde, o setor jurídico e o setor de controle interno, para assegurar:

- O recebimento e análise técnica dos relatórios de produção mensal dos serviços prestados;
- A verificação da regularidade fiscal, trabalhista e sanitária dos prestadores;
- A conferência dos documentos que fundamentam os pagamentos;
- A instauração de medidas corretivas em caso de descumprimento contratual.

Adoção de instrumentos de controle e padronização de formulários, como:

- Planilhas de acompanhamento mensal;
- Relatórios padronizados de atendimento;
- Termos de verificação de conformidade dos serviços.

Consulta à Controladoria Geral do Município, se necessário, para que sejam emitidas orientações complementares acerca dos procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos de credenciamento, especialmente quanto à conformidade documental e aos fluxos de controle interno.

14. SUSTENTABILIDADE - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (art.18º, 1º, do inciso XII da Lei nº 14.133/2021)

14.1. A presente contratação de serviços especializados de saúde – incluindo consultas médicas, atendimentos multiprofissionais, exames especializados, acompanhamento pré-natal e coordenação por aplicativo – poderá gerar impactos socioambientais diversos, considerando o uso de recursos materiais, energia elétrica, equipamentos eletrônicos, transporte e geração de resíduos clínicos. Do ponto de vista ambiental, destacam-se como potenciais impactos negativos:

Consumo elevado de energia elétrica, especialmente em ambientes climatizados e com equipamentos médicos de média e alta complexidade;

Geração de resíduos de saúde, como materiais perfurocortantes, insumos descartáveis e embalagens de medicamentos e exames;

Emissão de gases poluentes, relacionados ao deslocamento de profissionais e pacientes, bem como ao transporte

de materiais e resíduos;

Utilização de equipamentos eletrônicos (como tablets e servidores em nuvem para gestão por aplicativo), com risco de descarte inadequado ao fim de sua vida útil.

14.2. Para mitigar esses impactos, a Administração poderá estabelecer exigências e adotar práticas sustentáveis compatíveis com a execução do objeto contratado, tais como:

Requisitos de eficiência energética nos ambientes e equipamentos utilizados (por exemplo, uso de lâmpadas LED e aparelhos com selo Procel A ou equivalente);

Adoção de medidas de gestão ambiental por parte das empresas credenciadas, tais como o descarte responsável de resíduos conforme as normas da ANVISA e Resolução RDC nº 222/2018;

Incorporação de critérios de sustentabilidade no edital de credenciamento, priorizando prestadores que adotem práticas verdes, tais como uso de sistemas informatizados para reduzir o consumo de papel, ou que possuam plano de logística reversa para materiais e equipamentos;

Promoção de deslocamento consciente, por meio da priorização de agendamentos por regionalidade e redução de viagens desnecessárias;

Incentivo à utilização de plataformas digitais como ferramenta de acompanhamento, reduzindo a necessidade de impressões e otimizando a gestão de prontuários e exames, respeitando-se os critérios de segurança da informação e LGPD.

14.3. Do ponto de vista social, os impactos previstos são majoritariamente positivos, incluindo o aumento do acesso a serviços especializados, a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil e o fortalecimento da atenção secundária no Município. A contratação, ao integrar diferentes especialidades e profissionais, contribui para uma abordagem mais humanizada e resolutiva da assistência à saúde.

Por fim, em alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (MPOG, 2024) e com o Guia de Compras Públicas Sustentáveis da Prefeitura de São Paulo (2025), recomenda-se que a contratação observe os princípios do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre os resultados administrativos e o compromisso socioambiental da Administração Pública.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

15.1. Após a análise técnica detalhada dos elementos essenciais à instrução do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela **viabilidade e adequação da contratação** como solução capaz de atender à necessidade pública apresentada. A demanda tem como objeto a prestação de serviços especializados de saúde no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, de forma complementar à rede assistencial do SUS, abrangendo consultas médicas especializadas, realização de exames clínicos, atendimentos multiprofissionais (como fonoaudiologia, nutrição, psicologia, terapia ocupacional e serviço social), além de acompanhamento pré-natal por meio de aplicativo e serviços de coordenação de especialidades médicas.

15.2. Trata-se de serviço de natureza **essencial e continuada**, cuja ausência ou interrupção comprometeria a integralidade do cuidado à saúde da população, impactando diretamente indicadores sensíveis como a morbimortalidade materna e infantil, o controle de doenças crônicas e a capacidade resolutiva da atenção básica. A demanda é real, atual, e está alinhada com os instrumentos de planejamento da saúde municipal.

15.3. O levantamento de mercado revelou diversas alternativas para a execução do objeto, desde parcerias com instituições de ensino e consórcios públicos até contratações por meio de empresas privadas

especializadas. Contudo, após a comparação criteriosa entre as opções disponíveis, observou-se que o **credenciamento de empresas prestadoras de serviços de saúde, sob a forma de pessoa jurídica**, apresenta maior compatibilidade com as necessidades do Município, por assegurar flexibilidade, especialização, economicidade, controle de qualidade e cobertura mais ampla dos serviços, com possibilidade de atendimento conforme a demanda e capacidade instalada dos prestadores locais e regionais.

15.4. A descrição da solução adotada revela que a modelagem por credenciamento, associada à exigência de comprovação técnica, habilitação regular e observância aos critérios de qualidade e sustentabilidade, se mostra juridicamente adequada e tecnicamente eficiente. Trata-se de solução que respeita os princípios da economicidade, eficiência, publicidade e interesse público, em conformidade com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024.

15.5. Portanto, diante do contexto apresentado, é plenamente viável e recomendável a adoção do credenciamento de empresas de serviços de saúde, como instrumento para atender com efetividade, qualidade e responsabilidade à necessidade pública diagnosticada, sendo a solução tecnicamente mais apropriada, legalmente segura e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

Apêndice ao ETP – Mapa de Risco.

MAPA DE RISCOS**Dados do Processo:****Objeto:**

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772

Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Grau de Risco	Setor Competente
Inexecução total ou parcial dos serviços por parte da contratada	3	5	15	Setor de Contratos e Secretaria de Saúde
Ausência de profissionais suficientes para atender à demanda	4	4	16	Coordenação Técnica e Fiscalização
Descumprimento dos prazos de agendamento e atendimento	3	4	12	Fiscal do Contrato
Falta de regularidade técnica ou ética dos profissionais designados	2	5	10	Setor de Contratos e Conselho Regional de Classe
Não conformidade com as normas sanitárias e de biossegurança	2	4	8	Vigilância Sanitária e Fiscalização
Interrupção dos serviços por questões contratuais ou administrativas	2	5	10	Procuradoria e Comissão de Contratos
Baixa qualidade dos serviços prestados	3	3	9	Fiscal do Contrato e Ouvidoria

Tabela organizada conforme o grau de risco de 1 a 25, priorizando o impacto como fator principal, seguido pela probabilidade.

Descrição do Risco	Probabilidade (1-5)	Impacto (1-5)	Grau de Risco (1-25)	Nível de Risco	Medidas de Tratamento ou Mitigação	Sector Responsável pelo Monitoramento
Desistência da empresa credenciada durante a vigência do contrato	4	5	20	Elevado	Manutenção de cadastro reserva e previsão contratual de penalidades para desistência imotivada.	Secretaria de Saúde / Setor de Contratos
Não cumprimento dos prazos acordados para realização dos atendimentos	3	4	16	Moderado	Previsão de cláusulas contratuais com sanções e acompanhamento rigoroso do cronograma de atendimento.	Coordenação de Regulação e Supervisão Técnica
Baixa qualidade dos serviços prestados	3	5	18	Elevado	Estabelecimento de critérios técnicos claros no edital e fiscalização sistemática dos serviços.	Comissão de Avaliação Técnica da Secretaria de Saúde
Falta de profissionais credenciados em especialidades específicas	2	4	13	Moderado	Chamada pública permanente e articulação com redes de saúde regionais.	Setor de Planejamento da Secretaria de Saúde
Problemas relacionados à regularidade fiscal ou jurídica das empresas credenciadas	2	3	11	Moderado	Revisão periódica da documentação e cláusulas contratuais de rescisão em caso de irregularidades.	Controle Interno e Setor Jurídico



Critério para Definição do Grau de Risco

O impacto foi considerado prioritário. Assim, riscos com impacto **5 (muito alto)** recebem, na hierarquia, posição mais elevada, independentemente da probabilidade, pois o dano potencial seria gravíssimo.

A probabilidade foi usada como critério de desempate entre riscos com o mesmo impacto.

Na sequência, riscos com impacto 4 são ranqueados, e assim sucessivamente.

A tabela ordena do mais crítico (**Grau 23**) para o menos crítico da amostra (**Grau 11**).

✓ Observações Finais

Escala de probabilidade (1 a 5):

- 1 - **raro**: acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
- 2 - **pouco provável**: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo
- 3 - **provável**: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.
- 4 - **muito provável**: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.
- 5 - **praticamente certo**: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.

Escalas de impacto (1 a 5):

- 1 - **muito baixo**: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
- 2 - **baixo**: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.
- 3 - **médio**: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
- 4 - **alto**: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.
- 5 - **muito alto**: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

Impacto	Muito Alto	15 Risco (b)	19	22	24	25
	Alto	10	14 Risco (a)	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
Probabilidade						

**ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
PARA USO EXCLUSIVO DO INTERESSADO EM PARTICIPAR DO PROCESSO DE
CREDENCIAMENTO**

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

PROCEDIMENTO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2025

NOME FANTASIA:

Nome Completo:

CNPJ:

Endereço: _____ **CEP:** _____

Fone Comercial: _____

Celular: _____

Email:

Banco: _____ **Agência Nº:** _____ **Conta Corrente nº:** _____

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO E RESPECTIVO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, COMPREENDENDO CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS (FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO), ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL VIA APLICATIVO E COORDENAÇÃO DE ESPECIALIDADES, VISANDO COMPLEMENTAR A REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE MUNICIPAL, NO CENTRO DE ESPECIALIDADES – CNES Nº 5502772.

1.1.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA.

Pelo presente, atendendo a Chamada Publica acima especificada, solicito CREDENCIAMENTO para fazer parte do banco de pretensos e eventuais prestadores de serviço da Prefeitura Municipal de Frecheirinha, na **prestação de serviços**:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD TOTAL	VLR UNT	VLR TOTAL

Assim, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente es da Lei Nº 14.133/21, atualizada e as cláusulas e condições constantes do Edital do referido procedimento administrativo.

Estou ciente de que a assinatura do TERMO DE CREDENCIAMENTO, por si só, não me garante o direito a contratação, mas apenas a mera expectativa de direito, sendo certo, que

eventual convocação para celebração de contrato está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Assume desde logo o compromisso de bem e fielmente executar os serviços nos quais solicito credenciamento, caso seja eventualmente contratado(a), seguindo as orientações emanadas da administração municipal, do presente procedimento e da legislação em vigor.

Na oportunidade, solicito a juntada e análise dos documentos em anexo, para fins de comprovação dos requisitos exigidos no instrumento convocatório.

Espera deferimento.

<CIDADE – DATA>

_____, ____/____/____.

Assinatura do solicitante

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 006/2025- CR

Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021

ANEXO III – MODELOS DECLARAÇÕES – (Caso necessário)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de _____.
Local e data

Assinatura/carimbo cnpj
CREDENCIADA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 006/2025- CR

Regido pela Lei n.º 14.133 de 2021

ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º _____**

O MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA - CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º. 07.598.592/0001-34, situado na Avenida Joaquim Pereira, n 855, Centro, Frecheirinha-CE, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pela Sua Secretária, a Sra. **FRANCISCA PARENTE DE AGUIAR**, doravante denominado **CREDENCIANTE** e de outro lado, a <<<PESSOA JURIDICA >>>>, inscrita no CNPJ sob o nº >>>>, situado(a) à Rua >>>>, nº>>, Bairro >>>>, cidade de >>>> representado por <<<Pessoa física>>>>, inscrita no CPF sob o nº >>>>, , doravante denominado **CREDENCIADO**, firmam entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO** é celebrado em decorrência do **Processo Administrativo de credenciamento de Licitação nº 006/2025**, oriundo do Processo de **CHAMADA PÚBLICA N.º 00.---/2025 - CR** e rege-se pelas disposições constantes na Lei Federal Nº 14.133/2021, alterada - Lei das Licitações Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. O presente Termo tem por objeto proceder ao **CREDENCIAMENTO** da (o) **CREDENCIADO** signatário (a) para compor o banco de pretensos e eventuais prestadores de serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD TOTAL	VLR UNT	VLR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

3.1. O termo de credenciamento originário do presente procedimento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

3.1.1 O termo de credenciamento poderá ser prorrogado unilateralmente pela administração, sendo facultado ao credenciado o direito de, a qualquer momento, solicitar seu descredenciamento, dado o caráter precário do presente credenciamento.

3.2. Os contratos decorrentes do credenciamento poderão ter o prazo inicial de vigência de

até 12 (doze) meses e poderão ser prorrogados, a critério das partes, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do processo de chamada pública e da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

4.2. Serão obrigações do CREDENCIADO:

- a) manter-se disponível para execução dos serviços durante todo o prazo de credenciamento, de forma a assegurar os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do credenciamento;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do credenciamento;
- c) assinar o termo de contrato quando convocado, no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de decadência do direito de contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCREDENCIAMENTO

5.1. O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a Administração poderão denunciar o presente termo de credenciamento celebrado, observadas as hipóteses na Lei Federal Nº 14.133/2021.

5.2. O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. A assinatura do presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, por si só, não garante ao CREDENCIADO direito à contratação, mas apenas a mera expectativa de direito, sendo certo, que eventual convocação para celebração de contrato está subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

6.2. O credenciado devidamente convocado deverá assinar o respectivo **TERMO DE CONTRATO**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, sob pena de decadência do direito de contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. O foro da Comarca de Frecheirinha é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Frecheirinha-CE, ___ de _____ de 2025 ou na data da assinatura digital.



<Nome do(a) Secretário(a)>
Secretário de <Secretaria>

<Nome do Credenciado>
CREDENCIADO
Área de Atuação

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do contratado, todas atualizadas, observadas as condições previstas no ANEXO I do Edital da Chamada Pública.

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01					

3.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do contratado ou através de cheque nominal.

3.3. Por ocasião da entrega das faturas o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da >>>>>>>>>>>>>>>>, CNPJ/MF sob o nº >>>>>>>>>>>>>>>>, comEnd. >>>>>>>>>>>>>>>>>>>> n°>>. >>>>>>>>>>. Frecheirinha, Ceará.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorá pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas que poderão advir desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, sob a seguinte dotação orçamentária:

1102.10.301.0181.2.093 - Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Primária a Saúde;
1102.10.301.0182.2.095 - Núcleo de Apoio Saúde da Família- Nasf;
1102.10.302.0181.2.099 - Gestão e Expansão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar- Mac;
Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/2021, alterada e consolidada.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) manter a disponibilidade de execução dos serviços durante todo o prazo contratual;
- b) manter seus dados permanentemente atualizados, durante o prazo de vigência do contrato;
- c) atender aos serviços, conforme as ordens de serviço expedidas, com elevado padrão de eficiência, sujeitando-se, ainda, às regras da Lei nº 14.1133/93, no que couber;
- d) Cumprir prontamente, por ocasião da realização dos serviços, os procedimentos e orientações constantes dos atos administrativos e das ordens de serviço enviadas e os procedimentos acordados entre as partes;
- e) Comunicar ao fiscal ou ao gestor deste Contrato, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como mudança de endereço;

- f) Executar o objeto de acordo com as normas e condições previstas no edital, inclusive com as prescrições da Lei Nacional nº 14.144/21, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo do Município;
- h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- i) Adequar, por determinação do Município, qualquer serviço que esteja sendo executado em desconformidade com o disposto no Edital ou que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridos;
- j) conduzir a execução do contrato pertinente ao objeto do presente em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e securitárias;
- k) não subcontratar o objeto deste contrato, no seu todo, sob qualquer hipótese.

6.2.1. No caso de constatação da inadequação dos serviços às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital na ordem de serviço ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo imediatamente ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

6.3.2. Enviar as mídias no formato solicitado pela contratada;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o LICITANET que, com dolo ou culpa:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

7.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

7.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

7.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos LICITANETs e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4., 7.1.5 e 7.1.6 a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

7.5. Para as infrações previstas nos itens 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.11.1 e 7.1.12 a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

7.6. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.7. a multa será aplicada da seguinte forma:

- e) 1% (um por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder ao prazo contratual sem que os serviços sejam concluídos;
- f) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- g) 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Secretaria;
- h) 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de extinção do contrato por culpa da Contratada, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei;

7.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 7.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.4., 7.1.5, 7.1.6 e 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.8, 7.1.9, 7.1.10, 7.11.1 e 7.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.2., 7.1.3, 7.1.4, 7.1.5., 7.1.6 e 7.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar

o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos estatutários ou pertencentes aos quadros permanentes da Administração, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempode serviço no órgão ou entidade, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANET ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA e à proposta apresentada.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Processo de Credenciamento, da proposta e deste contrato.

9.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento de credenciamento e a proposta apresentada.

9.8. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de Frecheirinha é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 1º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Frecheirinha-CE, ____ de _____ de 2025 ou na data da assinatura.

<Nome do(a) Secretário(a)>
Secretário de <Secretaria>

<Nome do Contratado>
CONTRATADO
Área de Atuação

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____